

MANUAL DE AUDITORIA – Padrão de Normas ASC para cultivo de Camarão

Elaborado durante os “Diálogos de Aquicultura”, para camarão, coordenados pela WWF.

Escopo: O Padrão de Normas ASC para cultivo de camarão abrange atualmente espécies do gênero *Litopenaeus* e *Penaeus*. O Padrão de Normas ASC para cultivo de camarão e o referente Manual de Auditoria são orientados para a produção de *L. vannamei* e *P. monodon*. Outras espécies de camarão são elegíveis à certificação, se puderem atingir os limiares de desempenho especificados no presente documento.

INSTRUÇÃO PARA GERENTES DOS EMPREENDIMENTOS AQUÍCOLAS/FAZENDAS/AUDITORES:

Este Manual de Auditoria foi desenvolvido para acompanhar o Padrão de Normas ASC para cultivo de Camarão versão 1.0 desenvolvido durante os “Diálogos de Aquicultura”, para camarão, datado de 27 de março de 2014.

O Apêndice A (restauração de manguezais) pode ser encontrado ao final do presente Manual de Auditoria.

Todas as outras referências (I, II, III, IV, V, VI, VII) deste Manual de Auditoria e Anexo podem ser encontrados no documento Padrão de Normas ASC para cultivo de Camarão.

Este manual possui como complemento uma Lista de Verificação de Pré-auditoria que descreve os mínimos requisitos que um cliente deve apresentar antes da primeira auditoria. Antes da auditoria, o cliente e o auditor devem chegar a um acordo sobre a necessidade de visitas à sede da fazenda e ao local do cultivo; qual informação é armazenada em cada local e o formato aceitável de registros (por exemplo, eletrônico ou arquivos em papel).

A fim de determinar o nível de conformidade ao Padrão de Normas ASC para cultivo de camarão é essencial a utilização de informações de ciclos de cultivo completos ou de um momento específico no ciclo do cultivo (por exemplo, alevinagem) para vários requisitos. Por esta razão, para as primeiras auditorias, é necessário que os produtores apresentem dados de um ou de mais ciclos de cultivo completos por local, no momento da avaliação.

Portanto, no momento da primeira auditoria:

- O produtor deve ser capaz de mostrar todos os registros (por exemplo: uso de ração, taxa de mortalidade, etc.) de pelo menos um ciclo de cultivo completo por local (ou seja, da alevinagem até a despesca) e as informações relevantes para todos os lotes iniciados posteriormente a este;
- O certificador deve usar os registros de cada local para calcular o nível de conformidade aos indicadores relevantes

Aplicável a todos os requisitos especificados no presente Manual de Auditoria:

Cliente: Na primeira auditoria os dados de pelo menos um ciclo de cultivo completo por local devem estar disponíveis ao certificador.

Auditor: Na primeira auditoria os dados de pelo menos um ciclo de cultivo completo por local devem ser utilizados para determinar a conformidade.

Nota sobre certificação de fazendas: além de cumprir o Padrão de Normas ASC para cultivo de Camarão o auditor pode determinar a necessidade da certificação da Cadeia de Custódia para salvaguardar a rastreabilidade confiável do produto ASC certificado da fazenda.

PRINCÍPIO 1. CUMPRIR COM TODOS OS REGULAMENTOS E LEIS NACIONAIS E LOCAIS APLICÁVEIS

Critério 1.1: Cumprimento documentado de requisitos legais locais e nacionais

		Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor
1.1.1	Indicador: cumprimento das leis ou regulamentos locais e nacionais	a. Manter registros de regularização ambiental que demonstrem que a fazenda opera em consonância com os critérios exigidos pelas autoridades locais e nacionais. Auditores solicitarão durante a fase de pré-auditoria uma lista das autorizações legais necessárias para assegurar que eles estão cientes dos requisitos legais necessários. Este princípio também avalia o cumprimento das condicionantes de licença estabelecidas.	A. Verifique a apresentação de todos os registros referentes à regularização ambiental exigidos pelas autoridades locais e nacionais.
	Requisito: licenças ou outras documentações pertinentes referentes aos regulamentos aplicáveis.	b. Possuir licença de operação do empreendimento; Licença de Aquicultor; Autorização para Uso de Água.	B. Verifique se a fazenda tem licença ambiental de operação na validade; licença de aquicultor e autorização para uso de água.
	Aplicação: todos	c. Possuir licença para comercialização.	C. Verifique se a fazenda possui licença para comercialização da produção.
		d. Possuir quaisquer outros contratos, licenças ou autorizações, conforme exigido pelas autoridades locais e nacionais, incluindo (se aplicável), mas não se limitando a direito à terra e/ou uso da água, importação e circulação de reprodutores ou pós-larvas, uso de medicamentos ou químicos, eliminação de resíduos, descarte de efluentes, mão-de-obra e controle de predadores (ver também 1.1.3. e 1.1.4).	D. Verifique o cumprimento.

		e. Apresentar uma lista de todas as atividades operacionais da fazenda cujos procedimentos estão descritos. Procedimentos são necessários para ações que exigem treinamento de trabalhadores ou para atividades de risco.	E. Verifique se a lista está disponível e completa.
--	--	---	---

1.1.2	<p>Indicador: transparência sobre o cumprimento legal.</p> <p>Requisito: informações sobre autorizações e licenças operacionais emitidas pelo governo estão disponíveis ao público um mês após sua emissão.</p> <p>Aplicação: todos</p>	a. Disponibilizar publicamente autorizações e licenças governamentais (conforme aplicável) um mês após sua emissão. "Publicamente disponível" é definido como "de uma forma facilmente acessível ou observável pelo público", o que inclui, mas não está limitado ao seguinte: postada em um lugar público de forma consistente e confiável (por exemplo: em quadros de informação na fazenda ou na parede de um escritório que é acessível ao público); disponíveis por e-mail, postada a pedido ou postada em sites de internet, etc.	A. Verifique o cumprimento.
		b. Manter registros de pedidos de informação do público. Os registros devem incluir data do pedido, o nome do solicitante, informações solicitadas, data e resposta enviada, e, caso a resposta tenha sido enviada depois de 14 dias úteis a contar da recepção do pedido, a justificativa para o atraso.	B. Licenças operacionais emitidas pelo governo estão disponíveis ao público um mês após emissão pelas autoridades governamentais através dos meios que escolhidos para fornecer informação ao público.

PRINCÍPIO 2. FAZENDAS EM LOCAIS AMBIENTALMENTE APROPRIADOS VISANDO A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E IMPORTANTES ECOSISTEMAS NATURAIS

Critério 2.1: Avaliação Ambiental de Impacto na Biodiversidade (B-EIA)

2.1.1	<p>Indicador: os proprietários/gerentes da fazenda devem proceder a uma Avaliação de Impacto Ambiental na Biodiversidade (B-EIA) conforme escopo descrito no Apêndice I.</p> <p>Requisito: avaliação conforme escopo do Apêndice I e relatório disponível.</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):</p> <p>a. Apresentar um relatório B-EIA. Nos países onde não existe processo de acreditação formal, existe a opção de o serviço ser executado por um ecologista da área acadêmica (com vínculo universitário) ou um ecologista com publicações na área nos últimos 5 anos. O nome do ecologista aparece no relatório à disposição do público para assegurar a responsabilidade técnica. O gerente da fazenda tem que demonstrar que as recomendações feitas na B-EIA estão sendo implementadas e que um protocolo de monitoramento do B-EIA foi estabelecido (devendo ser revisto a cada seis anos por avaliadores ou ecologistas relevantes). Durante cada auditoria de manutenção o plano de ação / monitoramento B-EIA serão avaliados.</p> <p>As fazendas que já possuem EIAs prévios devem utilizá-los como referência para análise dos impactos na biodiversidade já listados e orientação para metodologia do B-EIA.</p>	<p>Avaliação do Auditor</p> <p>A. Verifique se a fazenda apresenta um relatório B-EIA e que a metodologia adotada segue o escopo apresentado no Apêndice I. Consulte o Apêndice I verificando ponto por ponto. Certifique de que as recomendações do B-EIA e o protocolo de monitoramento estão sendo seguidos. Verifique se o gerente da fazenda e os colaboradores estão familiarizados com o Apêndice I, referente à B-EIA e se têm implementado os resultados. Ainda se estão cientes das medidas necessárias para atenuar / compensar os efeitos da operação da fazenda sobre o meio ambiente. Comentários adicionais: durante as entrevistas da comunidade local, verificar se as partes interessadas foram consultadas na avaliação B-EIA pelo ecologista. Registros de reuniões com as partes interessadas (comunidade) para coletar informações para o desenvolvimento da B-EIA. Durante auditorias de manutenção verificar a implementação do plano de ação / monitoramento B-EIA.</p>
-------	---	---	---

<i>Critério 2.2:</i>	<i>Conservação de áreas protegidas [13] ou habitats críticos</i>	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor
----------------------	--	--	-----------------------------

2.2.1	<p>Indicador: permissão para implantação em Áreas Protegidas (Unidades de Conservação - UC)</p> <p>Requisito: nenhum, exceto nas Unidades de Conservação categoria V da IUCN, se o sistema agrícola é considerado como uso tradicional da terra [14], ou categoria VI, se a fazenda foi construída legalmente antes da designação da APA e em ambos os casos estar em cumprimento com o objetivo de gestão e plano da APA e o cultivo de camarão não representa mais do que 25% da área total da APA [15].</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>a. Fornecer as coordenadas geográficas da fazenda (em graus e minutos) com uma precisão de duas casas decimais nos minutos geográficos (por exemplo, 15 ° 22,65 'N; 22° 43,78' usando o Sistema Geodésico Mundial de 84 (WGS84) de coordenadas); o centro do local de produção no caso de fazendas menores que 1 hectare e os vértices dos perímetros de fazendas maiores.</p>	<p>A. Verifique se as coordenadas geográficas estão disponíveis e são precisas e se a fazenda não está estabelecida em uma Unidade de Conservação.</p>
		<p>b. Se a fazenda está estabelecida dentro de uma UC apresentar documento de criação da UC e seu plano de manejo.</p>	<p>B. Verifique a localização exata da fazenda e se a área não é classificada nas Categorias I-IV da IUCN. Ainda se todas as permissões relevantes foram obtidas na fase de instalação do cultivo.</p>
		<p>c. Para fazendas estabelecidas em UC classificada na categoria V da IUCN, fornecer provas de que o sistema de cultivo pode ser considerado uso tradicional da terra e que a fazenda não ocupa mais de 25% da área total. As provas podem incluir mapas da UC, publicações acadêmicas ou relatórios de organizações respeitáveis.</p>	<p>C. Verifique se a evidência está disponível e é confiável, e que a fazenda não ocupa mais de 25% da área protegida. Os auditores devem se registrar e consultar o IBAT no site Conservação Internacional https://www.ibatforbusiness.org/login. Os auditores devem verificar se a localização da fazenda e atividades são compatíveis com o zoneamento e plano de manejo da UC.</p>
		<p>d. Para fazendas estabelecidas em UC classificada na categoria VI da IUCN, fornecer provas de que a fazenda foi construída legalmente antes da designação da UC. As provas podem incluir declarações governamentais, publicações acadêmicas ou relatórios de organizações respeitáveis.</p>	<p>D. Verifique se a evidência está disponível e é credível. Os auditores devem se registrar e consultar o IBAT no site Conservação Internacional https://www.ibatforbusiness.org/login. Os auditores devem verificar se a localização da fazenda e atividades são compatíveis com o zoneamento e plano de manejo da UC.</p>

		<p>e. Para fazendas estabelecidas em UC na categoria IV da IUCN, fornecer provas para o ASC de que a localização da fazenda e atividades são compatíveis com o zoneamento e plano de manejo da UC. Ainda a certificação deve ser discutida pelo Grupo Técnico Consultivo do ASC, gestor da UC e demais autoridades competentes.</p>	<p>E. Verifique se a evidência está disponível e é credível. Os auditores devem se registrar e consultar o IBAT no site Conservação Internacional https://www.ibatforbusiness.org/login. Os auditores devem verificar se a localização da fazenda e atividades são compatíveis com o zoneamento e plano de manejo da UC.</p>
2.2.2	<p>Indicador: permissão para implantação em ecossistemas de mangue [16] e outras zonas úmidas naturais [17], ou áreas de importância ecológica, conforme determinado pela B-EIA ou por outros estudos de impacto requeridos por autoridades nacionais/estaduais/locais.</p> <p>Requisito: nenhum para fazendas construídas (com ou sem licença) após maio de 1999, exceto para estações de bombeamento e canais de abastecimento (cuja instalação tenha sido autorizada) com recomposição/reabilitação de área equivalente [18] como compensação. No caso das fazendas construídas ou autorizadas antes de maio de 1999, os produtores são obrigados a compensar /mitigar impactos, conforme determinado pela B-EIA, ou por outros estudos de impacto requeridos por autoridades nacionais/estaduais/locais, ou 50% do ecossistema afetado (o que for maior) [19].</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>Instrução ao cliente sobre o Indicador 2.2.2</p> <p>Qualquer remoção de mangue deve ser compensada permitindo a regeneração natural ou recomposição em uma área equivalente utilizando espécies nativas adaptadas às condições hidrológicas específicas do local da fazenda. No caso de recomposição, o plantio deve ser feito para criar florestas com composição relativa semelhante e deve incluir 80% de espécies de árvores que estavam nas comunidades de origem. A remoção das zonas úmidas naturais também deve ser compensada através da criação de áreas que possuem características ecológicas semelhantes [25].</p>	<p>A. Verifique se a declaração é precisa durante as entrevistas com a comunidade local. Se o mangue ou a conversão de zonas úmidas ocorreram após maio de 1999 para finalidades diferentes da criação de estações de bombeamento ou canais de abastecimento, crie uma não conformidade. O auditor deve usar mapas de uso e ocupação do solo da área antes e depois de 1999, e devem se referir ao B-EIA que deve incluir as condições ecológicas de base antes da criação da fazenda. Estes documentos estão geralmente disponíveis nos órgãos governamentais competentes. As imagens de satélite antes e depois de 1999 também são admissíveis, se disponíveis.</p>

		<p>b. Para as fazendas que possuem ecossistemas de mangue / zonas úmidas naturais convertidos antes de maio de 1999 fornecer a localização e descrição (incluindo a área de superfície) da área destinada à recomposição/reabilitação. Nas áreas em que houve supressão de vegetação se a regeneração natural foi iniciada e se os propágulos estão se estabelecendo bem, estes devem ser considerados indicadores de reabilitação do sistema. Recomendamos que sejam fornecidas evidências das condições da área afetada que demonstram reabilitação aos auditores.</p>	<p>B. Verificar que a área destinada à recomposição/reabilitação está de acordo com os requisitos e que tem uma área de superfície, tal como indicado no B-EIA, ou na legislação, ou de pelo menos 50% da área convertida, conforme o que for maior.</p>
		<p>c. Para as fazendas que converteram mangue / ecossistemas de zonas úmidas naturais para construir estações de bombeamento ou canais de abastecimento, fornecer a localização e descrição (incluindo a área de superfície) da área destinada à recomposição/reabilitação.</p>	<p>C. Verifique se a área destinada à recomposição/ reabilitada está em cumprimento com os requisitos e que a superfície é correspondente à indicada no B-EIA, na legislação ou é pelo menos tão grande quanto a área convertida, o que for maior. Os auditores devem dispor de provas das condições da área afetada que demonstram reabilitação, se é feita pelo homem ou natural, ou uma combinação de ambos. A superfície e a condição da zona reabilitada devem ser confirmadas. Consulte o Apêndice A no final do Manual Auditor.</p>
Nota de rodapé	<p>[13] Áreas Protegidas: uma área protegida é "um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros meios eficazes, para alcançar a conservação em longo prazo da natureza com os serviços dos ecossistemas associados e valores culturais". Fonte: Dudley, N. (Editor) (2008), Guia para a Aplicação de Gestão de Área Protegida Categorias, Gland, Switzerland: IUCN. x + 86pp. Áreas protegidas podem ter abrangência municipal, estadual e nacional.</p>		
Nota de rodapé	<p>[14] Definição: "tradicional [uso da terra] aquicultura é uma forma indígena de cultivo e um resultado da coevolução dos sistemas sociais e ambientais locais que apresentam um elevado nível de racionalidade ecológica expressa através do uso intensivo de conhecimento local e recursos naturais, incluindo a gestão de agro / aqua-biodiversidade na forma diversificada de sistemas de aquicultura e agro." (Adaptado de Miguel A. Altieri, do Departamento de Ciências Ambientais, Política e Gestão da Universidade da Califórnia, Berkeley).</p>		
Nota de rodapé	<p>[15] Outros casos de certificação nas unidades de conservação, por exemplo, Categoria IV da IUCN, terão que ser avaliados caso a caso pelo Grupo Técnico Consultivo do ASC em conjunto com o gestor da Área Protegida e demais autoridades competentes.</p>		
Nota de rodapé	<p>[16] Ecossistemas de mangue: os manguezais estão entre os ecossistemas mais produtivos do mundo. São frequentemente chamados de "florestas de maré", "florestas costeiras" ou "florestas tropicais oceânicas". Os manguezais possuem plantas com tronco que crescem em latitudes tropicais e subtropicais ao longo da interface terra-mar, baías, estuários, lagoas, enseadas, e nos rios, chegando a montante até o ponto onde a água ainda permanece salina (Qasim, 1998). Estas plantas e seus organismos associados (micróbios, fungos, outras plantas e animais), constituem a "comunidade da floresta de mangue" ou "manguezal" (Veja Tomlinson PB (1986) A Botânica de Manguezais Cambridge, UK:.. Cambridge University Press 413 p para a lista completa das espécies de mangue, plantas verdadeiras e associados) o manguezal e seus fatores abióticos associados constituem o ecossistema manguezal (Kathiresan e Bingham, 2001).</p>		
Nota de rodapé	<p>[17] Zonas úmidas naturais: Para efeitos da presente norma, as zonas úmidas naturais são não-artificiais (ou seja, não construída pelo homem), áreas de pântano, charco, turfa ou água, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima cuja profundidade na maré baixa não exceda seis metros. Elas podem incorporar zonas ribeirinhas e costeiras adjacentes às</p>		

	<p>áreas úmidas e ilhas ou corpos de água marinha profunda de seis metros na maré baixa ". (Anexo 7. Ramsar Wetland Definição (Ramsar, Irã, 1971), Classificação e Critérios para a Wetlands de importância internacional. Nos termos da Convenção sobre as Zonas Húmidas "wetlands" são definidos pelos artigos 1.1 e 2.1).</p>		
Nota de rodapé	<p>[18] O Apêndice reabilitação foi desenvolvido como parte da fase de testes em 2011.</p>		
Nota de rodapé	<p>[19] Recomenda-se a avaliação de Programas Governamentais de Restauração e sua eficácia. Áreas de mangue preservadas dentro da fazenda podem ser consideradas como parte da compensação (por exemplo, se uma fazenda possui 2 hectares mas um deles permanece com o ecossistema de mangue preservado)</p>		
Nota de rodapé	<p>[24] http://www.ramsar.org/</p>		
Nota de rodapé	<p>[25] Características ecológicas similares: ambientes com a mesma densidade (não estatisticamente diferente nível de significância $p = 0,05$, com base em, pelo menos, três transectos amostrados aleatoriamente) das cinco espécies dominantes na comunidade; riqueza de espécies dentro de 10% do original e composição mostrando a mesma ordem de dominantes. Isto será determinado através do monitoramento estabelecido para as fazendas ou através de EIAs para novas fazendas ou fazendas em expansão.</p>		
Critério 2.3:	Consideração de habitats críticos para espécies ameaçadas de extinção	Critérios de Conformidade (Ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor

2.3.1	<p>Indicador: permissão para fazendas situadas [26], em habitats críticos de espécies ameaçadas de extinção [27] tal como definido pela Red List da IUCN, processos nacionais de listagem [28] ou outras listas oficiais [29].</p> <p>Requisito: nenhum</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>a. O relatório B-EIA deve indicar se a fazenda está localizada em uma área considerada um habitat crítico para as espécies ameaçadas de extinção. Os auditores devem fazer referência ao mapa interativo no site da AZE: http://www.zeroextinction.org/.</p>	<p>A. Revise o relatório B-EIA e confirme que a fazenda não está localizada em uma área considerada um habitat crítico para as espécies ameaçadas de extinção. Os auditores devem fazer referência ao mapa interativo no site da AZE: http://www.zeroextinction.org/.</p>
2.3.2	<p>Indicador: manter habitats críticos para espécies ameaçadas de extinção dentro das fronteiras da fazenda e implementar medidas de proteção de tais áreas.</p> <p>Requisito: implementar medidas de proteção de habitats identificados pela avaliação B-EIA [30].</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>a. Pesquisa de publicações e literatura cinzenta (por exemplo, jornais locais, revistas) para identificar espécies ameaçadas de extinção que ocorrem na área.</p> <p>b. Determinar se quaisquer espécies presentes na área estão listadas como ameaçadas de extinção por parte das autoridades nacionais pertinentes.</p> <p>c. Preparar uma lista de todas as espécies ameaçadas de extinção que ocorrem na área combinando os resultados de 2.3.1 (a) e 2.3.1 (b) com os resultados de pesquisa no banco de dados da IUCN.</p> <p>d. Apresentar procedimentos de mitigação de impactos negativos para as espécies ameaçadas que possam existir na fazenda. Os procedimentos devem incluir uma descrição do habitat que está sendo restaurado, se for o caso.</p>	<p>A. Avalie os resultados de pesquisa por adequação e integridade e se os trabalhadores estão cientes das espécies ameaçadas de extinção e medidas de proteção.</p> <p>B. Reveja a fonte e precisão da lista.</p> <p>C. Avalie se a lista está completa. Compare com os resultados de pesquisa no banco de dados da Red List da IUCN. Verifique se na fazenda continuam a ser implementadas as recomendações feitas na avaliação B-EIA para manter o habitat.</p> <p>D. Analise os procedimentos para adequação. A avaliação dos impactos da fazenda sobre as espécies listadas na IUCN deve considerar:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) A Red List de categoria regional, (2) A Red List de categoria global, e (3) uma estimativa da proporção (%) da população mundial que ocorre na região. <p>As decisões sobre como essas três variáveis, bem como outros fatores são usadas para estabelecer procedimentos na fazenda para evitar impactos negativos. É importante atentar que se uma população regional está mais ou menos estável e constitui apenas uma pequena percentagem da população mundial que está experimentando um declínio líquido as medidas de proteção implementadas contribuirão para ações com significado global de conservação.</p> <p>E. Durante as entrevistas com a comunidade local, verifique que não há evidências atuais de impacto negativo da operação da fazenda sobre as espécies ameaçadas de extinção. Todas as reuniões com a comunidade local devem ser registradas em ata e a comunidade deve ser previamente informada das espécies em extinção e das ações implementadas para proteger essas espécies. O resumo da reunião também deve conter uma lista de participantes.</p>
Nota de rodapé	[26] Fazendas iniciando construção ou expansão.		

Nota de rodapé	[27] Também conhecida como uma espécie em risco; uma população de organismos que está em risco de extinção porque tem poucos indivíduos ou estão ameaçados por alteração de parâmetros ambientais ou predação. Orientação para interpretar a aplicação das categorias e critérios da Red List podem ser encontrada em: http://www.iucnredlist.org/apps/redlist/static/categories_criteria_3_1 .
Nota de rodapé	[28] Qualquer processo que ocorra, em qualquer esfera de governança, que avalia o status de conservação das espécies através de critérios definidos reconhecidos, podendo ser instrumentos legais (por exemplo, Lei das Espécies Ameaçadas nos EUA ou as Leis de espécies em Risco no Canadá), ou não (por exemplo, listas de espécies criadas por COSEWIC no Canadá (Comissão do Status de Vida Selvagem), ou o Livro Vermelho no Vietnã).
Nota de rodapé	[29] emitida por qualquer instituição governamental ou intergovernamental.
Nota de rodapé	[30] A B-EIA deve identificar habitats críticos para todas as espécies em risco na área e apresentar projeto para proteção dessas áreas. O primeiro requisito é que os proprietários/gerentes e colaboradores da fazenda estejam conscientes das diferentes espécies que ali ocorrem Para grandes fazendas o parecer de peritos deve ser solicitado, enquanto que para as pequenas fazendas podem ser consideradas as ponderações de participantes locais. A B-EIA permitirá que se demonstre o cumprimento às condições estabelecidas.

Nota de rodapé	[31] www.iucnredlist.org
Nota de rodapé	[32] Manguezal: a vegetação de mangue é uma associação de árvores, arbustos halófilos, palmeiras, samambaias e outras plantas que crescem em água salobra para águas salinas das marés em lodaçais, margens de rios e zonas costeiras em regiões tropicais e subtropicais. Esta vegetação tem a característica comum de viver na zona inundada pelas marés mais altas e expostas pelas mais baixas marés. Todas as espécies de mangue também compartilham uma característica comum de tolerância ao sal (Mitsch & Gosselink, 1993).
Nota de rodapé	[33] Mangel, M. Levin, P. & Patil, A. 2006. Usando história de vida e critérios de persistência para prioriza gestão e conservação de habitats. Ecological Applications. 16 (2): 797-806

Critério 2.4: Zona de amortecimento, barreiras e corredores ecológicos		Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor
2.4.1	<p>Indicador: barreiras costeiras: barreira permanente mínima (ou natural) entre fazenda e ambientes marinhos [34].</p> <p>Requisito: tal como definido na legislação no momento da implantação do cultivo, conforme determinado pela B-EIA ou segundo indicações do Guia abaixo, o que for maior.</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>Instrução aos clientes sobre Indicadores 2.4.1 e 2.4.2</p> <p>Nas zonas de amortecimento ribeirinhas/zonas ripárias e faixas marginais de proteção a vegetação natural (ou restaurada) com predomínio de espécies endêmicas dentro de um raio de cinco quilômetros da fazenda deve ser preservada. A largura das zonas de amortecimento, barreiras ou faixas marginais de proteção de um corpo hídrico natural, deve ser respeitada no momento da instalação da fazenda de acordo com os requisitos legais ou, na ausência de tal legislação, devem ser seguidas as orientações da B-EIA (ou o critério do que for maior). Para litorais, lagoas ou lagos, a largura da vegetação nativa a ser preservada na zona ripária/faixa marginal de proteção deve ser 100 metros (ou maior caso a legislação local seja mais restritiva). Para os rios ou córregos a largura da faixa marginal de proteção deve ser de 25 metros de largura em ambos os lados (ou maior se a legislação local for mais restritiva). Canais construídos após o lançamento do Padrão de Normas ASC para o cultivo de Camarão não podem substituir cursos de água naturais. (Fornecer um mapa indicando a faixa costeira e sua largura em relação à fazenda instalada).</p>	
		a. Fornecer um mapa ou esboço da fazenda indicando zonas de amortecimento costeiras e a largura da mesma.	A. Consulte a legislação aplicável no momento da implantação do cultivo e do relatório B-EIA; verifique se a largura e status (por observação direta) da zona de amortecimento são adequados.
2.4.2	<p>Indicador: zona de amortecimento ribeirinha: largura mínima de vegetação nativa e natural permanente entre fazendas [35] e ambientes aquáticos/de águas salobras naturais [36].</p> <p>Requisito: tal como definido na legislação nacional no momento da construção, conforme determinado pela B-EIA ou segundo as indicações dadas no Guia de orientação a seguir, o que for maior.</p> <p>Aplicação: todos</p>	a. Fornecer um mapa ou esboço da fazenda indicando zonas de amortecimento e a largura das mesmas.	A. Consulte a legislação aplicável no momento da implantação do cultivo e o relatório B-EIA; verifique se a largura e status (por observação direta) da zona de amortecimento são adequados.
2.4.3	<p>Indicador: corredores - largura mínima de áreas de vegetação preservadas entre a fazenda e outros locais que permite a circulação da vida selvagem nativa ou humana através das paisagens da fazenda.</p> <p>Requisito: tal como definido na legislação nacional no momento da instalação do cultivo conforme determinado pela B-EIA para manutenção da vida selvagem ou de acordo com questões de acesso identificadas durante a B-EIA / pSIA. Necessidades de circulação da vida selvagem identificada durante a B-EIA.</p> <p>Aplicação: todos</p>	a. Fornecer um mapa ou esboço da fazenda indicando corredores e suas larguras. É conveniente que os limites dos "corredores" sejam discutidos com as partes interessadas e autoridades relevantes nas reuniões na cidade.	A. Consulte a legislação aplicável no momento da instalação, relatório B-EIA e relatório P-SAI. Verifique se a largura e status (por observação direta) dos corredores (se houver) são adequados. É conveniente que as questões sobre "corredores" dentro dos limites de fazenda sejam discutidas em reuniões periódicas (envolvendo as partes interessadas e autoridades relevantes).
Nota de rodapé	[34] Para litorais abertos e massas d'água naturais adjacentes a zona de vegetação natural deve ser de 100 metros de largura.		

Nota de rodapé	[35] Canais artificiais ou cursos de água naturais que tenham sido submetidos a considerável modificação feita pelo homem não são considerados neste requisito.
Nota de rodapé	[36] Para zonas de amortecimento ribeirinhas a vegetação deve ser dominada por árvore / floresta / cobertura vegetal composta por espécies naturais endêmicas de um raio menor que 5 km da fazenda em questão.

Critério 2.5: Prevenção de salinização do solo e lençol freático		Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor

2.5.1	<p>Indicador: autorização para lançamento de água salina em corpos d' água doce naturais [44].</p> <p>Requisito: nenhum.</p> <p>Aplicação: fazendas localizadas ou ligadas a corpos hídricos naturais de água doce.</p>	<p>a. Fornecer a descrição do abastecimento e gestão hídrica na fazenda especificando os corpos d'águas de captação e lançamento de efluentes. A descrição deve incluir uma explicação, por escrito, de como a fazenda evita a intrusão de água salobra ou salgada em aquíferos de água doce.</p>	<p>A. Revise a descrição, avalie a precisão e verifique (também pela observação direta) que não há nenhum lançamento de efluentes de água salina em corpos d' água doce. Os auditores precisam revisar a B-EIA no item do monitoramento da salinidade da água (em relação às recomendações feitas na avaliação).</p>
2.5.2	<p>Indicador: permissão para o uso de água doce subterrânea em viveiros/tanques.</p> <p>Requisito: nenhum.</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>a. Fornecer a descrição do abastecimento e gestão hídrica na fazenda, especificando os corpos d'águas de captação e lançamento de efluentes, bem como a localização de poços de água doce (mesmo que sazonal).</p>	<p>A. Revise descrição, avalie a precisão e verifique (também pela observação direta) que não há uso de água doce subterrânea em viveiros/tanques.</p>
2.5.3	<p>Indicador: condutividade da água ou concentração de cloreto em poços de água doce utilizados pela fazenda ou localizados em propriedades adjacentes [45].</p> <p>Requisito: para todos os poços de água doce (identificados antes da avaliação completa), a condutividade não pode exceder 1500 uS / cm e / ou a concentração de cloreto não pode ultrapassar 300 mg / L [46].</p> <p>Aplicação: todos os poços de água. Este critério aplica-se apenas a água de poço e não se aplica às águas superficiais. Fazendas localizadas perto de poços de água doce ou com captação de água doce a partir do lençol freático.</p>	<p>Instrução aos clientes sobre Indicador 2.5.3</p> <p>A intenção deste indicador de desempenho é assegurar que as águas doces subterrâneas e aquíferos naturais não estejam sendo impactados pela criação de camarão. Para as fazendas serem elegíveis para a certificação, todos os poços de água doce utilizados para a operação do cultivo, localizados na fazenda ou adjacentes, seja qual for sua distância, devem ser identificados no mapa da fazenda (PI ***), e os registros de condutividade ou concentração de cloreto devem estar disponíveis para a primeira auditoria. Os poços que são identificados como "água doce" antes da avaliação completa, são aqueles que têm valores de condutividade abaixo de 1500 uS / cm e / ou concentração de cloreto inferior a 300 mg / L. Os registros de monitoramento/ teste de salinidade realizados a cada 6 meses deverão ser apresentados, com um conjunto de testes durante a estação seca e outra durante a estação chuvosa. O monitoramento deve demonstrar que o status de água doce dos poços é mantido. A condutividade deve ser medida utilizando um medidor de condutividade ou teste de cloreto (kit) caso os níveis de salinidade sejam <2 partes por mil. Se na propriedade não tiver poço, o mais próximo num raio de 1km pode ser monitorado (isento, se nenhum poço está dentro de 1 km da fazenda). Considerações relacionadas às águas superficiais (vs águas subterrâneas em poços) podem ser encontradas em 2.5.1</p>	
		<p>a. Manter registros mensais da medida de condutividade em poços (localizados na fazenda ou a qualquer distância caso a água seja captada para operação do cultivo) ou num raio de 1 km. Manter o monitoramento pelo menos a cada seis meses após a primeira auditoria em períodos de valores mais altos e mais baixos conforme determinado durante o acompanhamento mensal inicial.</p>	<p>A. Confirme a existência de registros completos e precisos de monitoramento da condutividade em poços antes da data da primeira auditoria e sua continuidade a cada seis meses, em períodos de maior e menor valor, conforme determinado durante o acompanhamento mensal inicial para todos os poços de água doce.</p>
		<p>b. Organizar uma medição de condutividade para ser realizada na presença do auditor.</p>	<p>B. Supervisione a medição e confirme o cumprimento dos requisitos.</p>
		<p>c. Se a condutividade/salinidade na água nos poços de água doce exceder os limites, sendo o aumento devido a um fenômeno fora do controle do aquicultor fornecer provas da avaliação B-EIA.</p>	<p>C. Forneça provas através da avaliação B-EIA que tal aumento foi devido a um fenômeno fora do controle do aquicultor.</p>
2.5.4	<p>Indicador: condutividade/salinidade do solo em ecossistemas terrestres adjacentes [47] [48].</p> <p>Requisito: sem aumento líquido quando comparado ao primeiro ano de acompanhamento.</p>	<p>Instrução aos clientes sobre Indicadores 2.5.4 e 2.5.5</p> <p>O processo de medição da salinidade/condutividade em solos é derivado do método utilizado por Boyd <i>et al.</i> (2006) para viveiros escavados. As amostras de solo devem ser obtidas usando um amostrador ou sonda (Um tubo de PVC de 1 polegada é suficiente, mas um amostrador profissional também pode ser utilizado) no chão com um martelo a uma profundidade de 20 cm. As amostras devem ser secas (colocando-as em camadas finas sobre folhas de plástico e expondo-as ao ar num local aquecido, bem ventilado, ou num forno a 60°C) e, em seguida, pulverizadas e misturadas (utilizando uma betoneira ou um misturador mecânico de solo). Posteriormente a medição envolve a</p>	

	Aplicação: todas as fazendas.	<p>coleta de uma amostra de 20 g de solo seco, colocando-a num recipiente de vidro, adicionando 40 ml de água destilada e agitando a mistura à mão durante cinco minutos. A condutividade pode ser medida diretamente na solução ou a solução pode ser filtrada e a concentração de cloreto medida. Multiplicar os valores medidos de condutividade por dois para ajustar para a diluição (40 ml de água para 20 g de solo). Valores de condutividade superiores a 1.500 uS / cm ou concentrações de cloreto superiores a 300 mg / L indicam que o solo é salino. Os produtores devem iniciar o monitoramento antes da auditoria. Aumento líquido é definido como um aumento de 25% ou mais dos valores iniciais apresentados durante a primeira auditoria para a certificação.</p>	
		<p>a. Manter os registros de medição de condutividade/salinidade nos solos da propriedade e ecossistemas terrestres adjacentes a cada seis meses. A B-EIA deve identificar os pontos de amostragem e a frequência do monitoramento. Os auditores devem consultar a nota de rodapé [48] que aborda a orientação específica sobre os critérios de monitoramento.</p>	<p>A. Confirme se são apresentados registros completos e precisos de monitoramento da condutividade e que esta variável não mostra qualquer aumento líquido (flutuações que não indicam uma tendência de aumento não são considerados um aumento líquido). Verifique se o monitoramento e está sendo executado conforme a avaliação B-EIA. Os auditores devem validar os dados monitorados de pelo menos quatro pontos dentro da área de cultivo da fazenda (uma estação amostral em cada vértice, por exemplo). A estação de monitoramento deve permanecer a mesma ao longo dos anos e identificada no mapa da fazenda.</p>
		<p>b. Organizar uma medição de condutividade no solo na presença do auditor.</p>	<p>B. Supervisione a medição e confirme o cumprimento dos requisitos.</p>
		<p>c. Se a a medida de condutividade no solo indicar um aumento líquido desde o ano do primeiro monitoramento fornecer provas, através de instituições credenciadas no governo ou Universidade, que tal aumento foi devido a um fenômeno fora do controle do aquicultor.</p>	<p>C. Forneça evidências de uma instituição credenciada no governo ou Universidade de que tal aumento foi devido a um fenômeno fora do controle do aquicultor.</p>
2.5.5	<p>Indicação: condutividade/salinidade do sedimento em ponto acima do ponto de descarte de efluentes.</p> <p>Requisito: a condutividade/salinidade não deve exceder o valor medido no solo na área de lançamento de efluentes [49].</p> <p>Aplicação: todas as fazendas.</p>	<p>a. Manter registros de condutividade no sedimento em ponto acima e na área de descarte de efluente.</p>	<p>A. Confirme se os registros são apresentados conforme os requisitos da norma.</p>
		<p>b. Organizar um medição de condutividade no sedimento, na área de descarte de efluente, na presença do auditor.</p>	<p>B. Supervisione a medição e confirme o cumprimento do requisito.</p>
Nota de rodapé	<p>[44] Corpos d'água doce adjacentes à fazenda ou onde ocorre a captação de água para o cultivo. A água doce é caracterizada por uma condutividade inferior a 1500 uS / cm e uma concentração de cloreto menor que 300 mg / L. Estes valores correspondem a uma salinidade inferior a 1 parte por mil. Nos empreendimentos em que se demonstre que as águas e os solos ao redor têm uma salinidade de 2 partes por mil ou acima usando um refratômetro manual não será exigido o monitoramento de condutividade/salinidade. Massas d'água que apresentem condições de água doce somente durante os picos da estação chuvosa serão consideradas corpos de água salobra sob esses requisitos</p>		
Nota de rodapé	<p>[45] As exceções são consideradas se puder ser demonstrado que a intrusão de água salgada ou outro fenômeno fora do controle do produtor é responsável pelo aumento.</p>		
Nota de rodapé	<p>[46] condutividade ou salinidade devem ser monitoradas com uma frequência adaptada às possíveis oscilações em função de fatores naturais como regime de chuvas e comparadas com os valores do primeiro ano.</p>		
Nota de rodapé	<p>[47] As exceções são consideradas se puder ser demonstrado que a intrusão de água salgada ou outro fenômeno fora do controle do aquicultor é responsável pelo aumento.</p>		
Nota de rodapé	<p>[48] A salinidade do solo deve ser medida a 25 metros dentro de ecossistemas terrestres adjacentes e campos da fazenda a cada seis meses. Se a intrusão salina for detectada na estação de 25 metros o monitoramento pode ser estendido para uma distância maior, se necessário. Nenhum aumento progressivo da condutividade/salinidade deve ser observado ao longo dos anos quando comparado com o primeiro ano de acompanhamento.</p>		
Nota de rodapé	<p>[49] Se um produtor tem autorização para descarte de efluentes (do solo) o procedimento pode ser realizado desde que não ocorra em um habitat natural ou de bem público sem a permissão, por escrito, da comunidade.</p>		
<p>PRINCÍPIO 3: DESENVOLVER E OPERAR FAZENDAS RESPEITANDO AS COMUNIDADES VIZINHAS. [50] [51]</p>			
<p><i>Critério 3.1: Todos os impactos sobre as comunidades vizinhas, usuários do ecossistema e proprietários de terra são contabilizados e são ou serão negociados de uma forma aberta e responsável</i></p>			
		<p>Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):</p>	

3.1.1	<p>Indicador: o proprietário da fazenda deve providenciar uma Avaliação de Impacto Social participativo (p-SIA) [52] e divulgar os resultados abertamente na em linguagem apropriada. O governo local e pelo menos uma organização da sociedade civil escolhidos pela comunidade devem ter uma cópia deste documento. A p-SIA inclui uma análise participativa</p>	<p>a. Fornecer uma p-SIA seguindo o roteiro do Apêndice II. Para fazendas de grande escala (por exemplo, operações verticalmente integradas) a p-SIA deve ser conduzida por profissionais da área específica. Uma nova p-SIA deve ser realizada pelo menos a cada 3 anos. Preparativos de pré-auditoria incluem o contato com as partes interessadas indicadas pelos gestores do empreendimento e também com o sindicato local. A triangulação é aplicada como técnica de auditoria (verificação do relatório da p-SIA) e inclui pelo menos um entrevistado escolhido aleatoriamente a partir da lista das partes interessadas fornecida, um colaborador da fazenda e um empresário local (é desejável que tenha conhecimento da área).</p>
	<p>(compartilhada) de impacto e risco com as comunidades vizinhas e as partes interessadas [53]. O elemento participativo (entrada e resposta da comunidade) deve ser visivelmente incluído no relatório. Os resultados tal como acordado entre fazenda e comunidade do entorno sobre como gerenciar riscos e impactos são objetos deste relatório.</p> <p>Requisito: o relatório da p-SIA deve obedecer às etapas descritas no Anexo II e ser disponibilizado para o governo local, comunidade e organização civil escolhida além de apresentar as datas das reuniões e os nomes dos participantes.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>b. Para fazendas de grande escala fornecer a prova da experiência dos profissionais contratados. Verifique o CV e consulte a participação anterior desses profissionais em avaliações com este escopo.</p>
Nota de rodapé	<p>[50] Comunidade: Um grupo de pessoas com possíveis características diversas, que estão ligados por laços sociais, compartilham perspectivas comuns e são unidas por compromissos coletivos dentro de uma área geograficamente confinada. Quatro indicadores devem ser considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sociedade organizada em uma forma pequena (cidade, vila, aldeia) que reconhece um único representante (líder, formal ou informal); - As pessoas dentro de uma área geográfica confinada, pequena o suficiente para permitir a interação face-a-face como a principal forma de contato entre os indivíduos dentro do grupo; - Tendo um bem ou um interesse em comum e reconhecer e ser reconhecido por isso; - Um sentimento de identidade comum e as características (sentimento de "nós" versus "eles") em ambos / culturais, étnicos, sociais e econômicos. 	
Nota de rodapé	<p>[51] Este princípio visa minimizar a injustiça ou distúrbios nas comunidades afetadas que podem ser resultados das atividades de cultivo de camarão. O Padrão de Normas pressupõe que só é possível ser socialmente equitativo equilibrando aspectos legais e os negociados com a comunidade. No entanto, o GSC acredita que este requisito do Padrão de Normas representa uma melhoria significativa das realidades sociais do passado e atuais e procurará reforçá-los continuamente. O GSC tem aferido ao Padrão de Normas ASC para cultivo de Camarão padrões de sustentabilidade social, contra convênios públicos internacionais amplamente aceitos e acordos, como as declarações das Nações Unidas sobre Direitos Humanos; o Direito ao Desenvolvimento, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (IPRA), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e as convenções fundamentais da OIT. Exemplos de convênios com o setor privado incluem: Diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais, o Pacto Global das Nações Unidas sobre Responsabilidade Social Corporativa e ISO 26000. A referência mais detalhada é definida por protocolos existentes e em desenvolvimento em Iniciativas como a RSPO, Ethical Tea Partnership, Conselho de Manejo Florestal e em normas como a SA8000 e ETI. Veja também o Apêndice II para outras leituras.</p>	
Nota de rodapé	<p>[52] Avaliação Participativa de Impacto Social (p-SIA): uma avaliação das consequências positivas e negativas e riscos de um projeto planejado ou em curso (para fazendas em fase de instalação ou já em operação realizada de tal maneira que todos os grupos interessados sejam consultados no processo, resultados e desfecho de tal avaliação e que as medidas tomadas e as informações recolhidas sejam abertamente acessíveis a todos. Veja o Apêndice II.</p>	
Nota de rodapé	<p>[53] definição das partes interessadas: uma pessoa, grupo ou organização que tem participação direta ou indireta em uma organização porque pode afetar ou ser afetado pela instalação do cultivo, objetivos e políticas da empresa aquícola.</p>	
Critério 3.2:	Reclamações dos interessados afetados estão sendo resolvidas	
3.2.1	<p>Indicador: os proprietários da fazenda devem desenvolver e aplicar uma política de resolução de conflitos verificável para as comunidades locais. A política deve indicar como os conflitos identificados na p-SIA e novas queixas serão rastreadas de forma transparente, como a mediação de terceiros pode ser parte do processo e explicar como responder a todas as queixas recebidas.</p>	<p>Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):</p> <p>a. Preparar e garantir a aplicação de uma política de resolução de conflitos para as comunidades locais. Rastrear os endereços de todas as denúncias identificadas pela P-SIA.</p> <p>b. Manter registros de todas as pessoas e instituições governamentais e não governamentais que tenham recebido cópia da política. Os métodos para documentar as interações com as partes interessadas devem demonstrar que os canais de comunicação são eficazes em vez de estipular a distribuição de um procedimento de resolução de conflitos.</p>

	<p>Caixas de reclamações, registros de reclamação e recibos de queixa de reconhecimento (no idioma local) são utilizados.</p> <p>Requisito: concluído.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>c. Manter registros de reuniões (pelo menos duas vezes por ano) realizadas com as comunidades locais para identificar e resolver conflitos. Os registros devem incluir a lista de participantes, agendas, plano de ação acordado e resumos. Para registros as primeiras auditorias devem incluir pelo menos uma reunião (que pode ser parte do processo da p-SIA caso a mesma tenha sido realizada menos de 6 meses antes da auditoria).</p>
3.2.2	<p>Indicador: Áreas de conflito [54] ou disputa são registradas e compartilhadas entre fazenda, governo local e representantes das comunidades vizinhas. Pelo menos 50% dos conflitos serão resolvidos [55] no prazo de um ano a partir da data que foi apresentada, e um total de 75% no período compreendido entre duas auditorias sucessivas.</p> <p>Requisito: completo</p>	<p>a. Manter um registro de reclamações identificando claramente se as queixas foram resolvidas e a data resolução. Verifique aplicação da política (escrito ou verbal) com pelo menos um autor da queixa. Verifique a documentação e todas as ações tomadas em resposta às queixas. E verifique com pelo menos um atendente a precisão de minutos de reunião, agenda e ações.</p> <p>b. Manter atas de reuniões da comunidade mostrando assuntos discutidos e problemas resolvidos.</p> <p>c. Manter as atas das reuniões com representantes do governo e da comunidade local (se aplicável) que mostram temas discutidos.</p>

	<p>Aplicação: todos</p>	
Nota de rodapé	<p>[54] Conflitos, para efeitos da presente disposição, são situações em que uma das partes percebe obstáculos no interesse legítimo causado pelas ações ou falta delas da outra parte. Uma parte é o proprietário da fazenda ou gerente. A outra parte ou é uma comunidade vizinha ou grupo de interessados na comunidade. Conflitos, para efeitos da presente disposição, excluem reclamações feitas por indivíduos isolados a menos que verificado / apoiado por um líder da comunidade ou uma organização da comunidade. A operação da fazenda pode não ser necessariamente a causa do surgimento dos conflitos mas o gestor do empreendimento deve diligenciar no sentido de evitar quaisquer danos causados aos interesses legítimos de pessoas na comunidade. Essa diligência traduz-se no esforço feito, por precaução, por uma das partes para evitar danos à outra parte. O processo de resolução é documentado e as atas das reuniões são mantidas. Atas incluem uma agenda, lista de proposições, resoluções ou acordos alcançados, uma lista de quem deve tomar a ação e até quando e uma lista de participantes. O governo local e pelo menos uma organização da sociedade civil, se for o caso, devem ter acesso ao processo de resolução de conflitos e da documentação.</p>	
Nota de rodapé	<p>[55] Um conflito é considerado resolvido se ambas as partes no processo de negociação concordaram em tirá-lo da agenda (em termos deste requisito: se ambas as partes aceitam a mediação externa e / ou um veredicto legal) independente se tiver sido tomada a decisão via mediador ou jurídica.</p>	

<p>Critério 3.3: Transparência no fornecimento de oportunidades de emprego nas comunidades locais [56]</p>		
	<p>Indicador: devem ser documentadas provas de anúncios de publicidade para as pessoas que residem à distância da fazenda antes de contratar pessoas que não podem ir e vir para casa diariamente [57].</p> <p>Requisito: provas datadas de anúncio de abertura de vagas em comunidades vizinhas por meio de placas de sinalização, outdoors ou anúncios em revistas ou jornais locais.</p> <p>Aplicação: fazendas de grande e médio porte: aquelas que contratam mais de um trabalhador permanente, trabalhador de fora.</p>	<p>Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):</p> <p>a. Fornecer provas de anúncios das oportunidades de emprego em um local diferente do da área de localização da fazenda. Este item pode ser verificado durante as entrevistas com trabalhadores.</p> <p>b. Apresentar uma lista contendo nome, endereço e número de contato de todas as pessoas consultadas para avisar os cargos à comunidade local. Este item pode ser verificado durante as entrevistas com trabalhadores.</p>
3.3.1		
3.3.2	<p>Indicador: critérios para contratação do trabalhador devem ser baseados no perfil e mérito (habilidades, experiência ou CV, no caso</p>	<p>a. Manter o registro do empregado indicando o local de origem.</p> <p>b. Fornecer registros datados de candidaturas e entrevistas. Este item pode ser verificado durante as entrevistas com trabalhadores.</p>

	de trabalhador imigrante contratado). Requisito: registros escritos e datados de candidatura e entrevistas com os candidatos, inclusive informando se eles são de uma comunidade de fora ou da área local. Os registros devem também indicar os motivos para candidaturas bem sucedidas ou mal sucedidas. Nome e contatos dos candidatos farão a verificação possível. Aplicação: fazendas de grande e médio porte: aquelas que contratam mais de um trabalhador permanente, trabalhador de fora.	c. Fornecer uma declaração escrita para empregar trabalhadores fora da comunidade local.
Nota de rodapé	[56] Só exigido para fazendas de médio e grande porte: aquelas que contratam mais de um trabalhador permanente, trabalhador de fora.	
Nota de rodapé	[57] Não aplicável se o quadro de contratados da fazenda for constituído > 50% de pessoal local.	
<i>Critério 3.4:</i>	<i>Contrato</i> [58], acordos (se praticados) são justos e transparentes para o trabalhador contratado	<i>o trabalhador contratado</i> Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):
3.4.1	Indicador: acordos contratuais escritos Requisito: os contratos são escritos em uma linguagem apropriada [59], e cópias co-assinadas são mantidas por ambas as partes. Aplicação: empresa aquícola responsável pelo contrato dos trabalhadores.	a. Certifique-se de que os empreendedores/contratantes têm cópias de contratos em linguagem clara e que as cópias co-assinadas estejam disponíveis para ambas as partes (isto é, contratante e contratado).
3.4.2	Indicador: cláusula contratual Requisito: os contratos respeitam o Apêndice III (parte A) sobre o conteúdo de disposições básicas para garantir que as condições do	a. Certifique-se de que todos os contratos respeitam os requisitos previstos no Anexo III. Verifique com os trabalhadores o cumprimento das condições contratadas.
	contrato estão mutuamente compreendidas. Aplicação: empreendimentos aquícolas que contratem trabalhadores.	
3.4.3	Indicador: transparência e abertura de negociações. Requisito: reuniões documentadas entre empreendedor e comprador da produção para discutir e negociar acordos realizados pelo menos duas vezes por ano. Reuniões são assistidas por pelo menos três representantes dos colaboradores da fazenda ou cooperativa. Todos os membros que contribuem para o contrato de fornecimento devem assinar o acordo com os termos negociados Aplicação: empreendimentos com contratos de venda de produção.	a. Manter as minutas das reuniões com pelo menos três representantes dos colaboradores contratados mostrando os itens discutidos.
Nota de rodapé	[58] Contrato aquícola: O contrato de produção pode ser definido como um contrato entre o empreendimento aquícola e empresas de processamento e / ou marketing para a produção e fornecimento de produtos da fazenda no âmbito dos acordos a prazo frequentemente a preços pré-determinados. O acordo também envolve invariavelmente certo apoio do comprador e prestação de assessoria técnica. A base de tais acordos é um compromisso por parte do produtor para fornecer um produto específico em quantidades e em padrões de qualidade determinados pelo comprador e um compromisso por parte do comprador para apoiar a produção do empreendimento e para comprar a mercadoria (FAO).	

Nota de rodapé	[59] Linguagem comum em todas as partes que assinam. Se necessário os contratos devem ser traduzidos.
PRINCÍPIO 4: GERENCIAR FAZENDAS COM BASE NAS PRÁTICAS RESPONSÁVEIS DE TRABALHO [60]	
<i>Critério 4.1 Trabalho infantil e trabalhadores jovens [62]</i>	
	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):
	Instruções ao Cliente sobre o Indicador 4.1.1
4.1.1	<p>Indicador: idade mínima dos trabalhadores contratados [61]</p> <p>Requisito: 18 anos de idade</p> <p>Aplicação: todos</p> <p>Esta exigência não se aplica aos filhos de produtores, pois estes estão autorizados a trabalhar em tempo parcial, desde que sejam mais velhos do que a idade legal mínima para o trabalho e que o trabalho não prejudique a frequência escolar. Ainda que eles não estejam envolvidos em trabalhos perigosos [65] (o trabalho nas proximidades de lagos deve ser constantemente supervisionado por um trabalhador adulto capaz de nadar; trabalho nas proximidades de substâncias potencialmente perigosas ou irritável, levantamento de peso desproporcional ao tamanho do corpo de uma pessoa; operando máquinas pesadas e plantões noturnos de trabalho).</p> <p>a. Manter uma lista de todos os trabalhadores empregados na fazenda indicando a data de nascimento. Verificar a lista de funcionários por idade e critério (ou ID) em que foi determinada. Verificar datas do começo do emprego. Verificar a declaração sobre a política do trabalho infantil. Utilizar a observação no local e entrevistas aleatórias de trabalhadores.</p> <p>b. Manter cópias do documento de identificação oficial de todos os funcionários listados mostrando a data de nascimento.</p> <p>c. Certifique-se de que nenhum funcionário é menor de 18 anos de idade (use a data de nascimento para calcular a idade exata). Ver nota de rodapé.</p> <p>d. Providenciar uma declaração de que a fazenda é contra o trabalho infantil e não vai empregar ninguém com menos de 18 anos de idade. Processos de emprego para a fazenda deve citar que o emprego não será oferecido a pessoas menores de 18 anos de idade.</p>
Nota de rodapé	[60] Note que muitos países têm leis nacionais que abordam questões de trabalho com rigor e de forma intensiva, no entanto, isso não é consistente em um contexto global. Tratar dessas questões-chave na aquicultura é fundamental, dadas as importantes implicações de direitos humanos e benefícios sociais comprovados de normas trabalhistas relacionadas com a pobreza, o crescimento econômico sustentável, o bom governo e a estabilidade política. As exigências de trabalho neste documento ajudam a garantir que todas as operações de aquicultura certificadas com o Padrão de Normas ASC para cultivo de Camarão reduziram ou eliminaram os potenciais impactos das principais questões trabalhistas associados à produção. Além disso, as exigências trabalhistas deste Padrão de Normas ASC estão baseadas nos princípios fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a liberdade de associação, o direito à negociação coletiva, proibição de trabalho forçado, proibição de trabalho infantil e a não discriminação, bem como os outros elementos que são considerados os direitos fundamentais no trabalho: salários justos e horas de trabalho, condições de saúde decente e segurança e práticas disciplinares não abusivas. ASSAI, uma ONG internacional de trabalho renomado, recomenda alternativas para alinhamento do Padrão de Normas com melhores práticas de trabalho, incluindo as convenções da OIT.
Nota de rodapé	[61] Um trabalhador (permanente) contratado é definido como alguém contratado para a duração de um ciclo de produção ou mais e recebe uma compensação monetária em troca do tempo que ele / ela trabalha na fazenda. Mão de obra contratada para atividades curtas específicas com a duração máxima de duas semanas, como a despesca, não é considerada trabalho permanente. Um trabalhador familiar é definido como parente de sangue de 1º ou 2º grau para o proprietário (masculino / feminino) ou seu / sua cônjuge e recebe seu / sua remuneração ou benefício para o trabalho feito na fazenda NÃO calculado com base no tempo que ele / ela trabalha na fazenda, mas proporcional à produtividade ou lucro da fazenda (por exemplo um filho que se junta ao seu pai na empresa da família, um primo de 2º grau que faz o trabalho em troca de alojamento e alimentação ou 2 irmãos compartilhando as receitas da despesca). Membros da primeira ou segunda geração da família que concordam em fazer um trabalho em troca de pagamentos com base no tempo de trabalho são considerados "trabalhadores contratados". Se os acordos são verbais ou em papel não faz diferença. Trabalhadores com carga horária parcial e por meio de participação nas vendas do produto são considerados "trabalhadores contratados".
Nota de rodapé	[62] Trabalho Infantil: refere-se a qualquer trabalho feito por uma criança mais jovem do que a idade especificada na definição de uma criança, com exceção do trabalho leve, como previsto pela Convenção 138 da OIT, artigo 7. As convenções permitem o trabalho de crianças entre 15 e 17 anos em atividades da fazenda, desde que o tempo para ir à escola e brincar esteja garantido. As crianças são excluídas do trabalho

	perigoso, abusivo e fisicamente duro.
Nota de rodapé	[65] Trabalho perigoso: o trabalho que por sua natureza ou circunstâncias em que é executado, é susceptível a prejudicar a saúde, a segurança ou a moral dos trabalhadores.
<i>Critério 4.2: Trabalho forçado [66]</i>	
	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):

4.2.1	<p>Indicador: direito ao pagamento completo e benefícios.</p> <p>Requisito: os empregadores não irão reter qualquer parte do salário do empregado, bens ou benefícios da rescisão do vínculo empregatício.</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>Instrução ao cliente sobre o Indicador 4.2.1</p> <p>Os contratos devem ser claramente definidos e compreendidos por trabalhadores contratados. O salário ou parte do salário não poderá ser retido para pagamento de bens e serviços obrigatórios do empregador. Alojamento, roupas, almoços, transportes, etc., se e quando o empregador fizer uso desses bens e serviços como uma obrigação será previsto como complemento ao salário estabelecido no contrato. Programas de treinamento de trabalho exigidos pelo empregador são totalmente pagos ou reembolsados pelo empregador. Todos os pagamentos serão resolvidos no momento que o trabalho terminar. O empregador não será autorizado a reter os documentos de identidade originais dos contratados. O trabalhador tem o direito de escolher onde ele / ela vai passar a sua / seu tempo livre. O indicador não determina que os trabalhadores devam deixar a fazenda. Em muitas situações (por exemplo fazendas em locais mais afastados) trabalhadores pode querer ficar na fazenda ou em suas proximidades, por conveniência.</p> <p>a. Certifique-se que todos os contratos indicam claramente a liberdade dos trabalhadores para rescindir o seu emprego e receber o pagamento integral até o último dia de seu emprego. Entreviste aleatoriamente os trabalhadores para falar dos seus direitos e obrigações no termino do contrato. Entreviste trabalhadores aleatórios para saber se os depósitos foram apresentados. Verifique a compreensão deles das políticas da fazenda. Verifique com os trabalhadores restantes se os pagamentos foram feitos de forma adequada e não há dívidas deixadas para trás.</p> <p>b. Certifique-se de que os direitos dos trabalhadores, como indicado no presente requisito, sejam devidamente respeitados.</p> <p>c. Certifique-se de que a fazenda não retenha parte do salário dos trabalhadores, benefícios, bens ou documentos, a fim de obrigá-los a continuar a trabalhar para o empregador.</p> <p>d. Certifique-se de que nenhum funcionário é obrigado a trabalhar na fazenda para pagar dívida com o empregador.</p>
4.2.2	<p>Indicador: empregados têm o direito de manter documentos de identidade e autorizações de trabalho</p> <p>Requisito: trabalhadores contratados não são obrigados a entregar documentos de identidade originais ao seu empregador quando iniciarem o trabalho</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>a. Certifique-se de que ninguém na fazenda ou em nome do empregador retém documentos de identidade originais do empregado. Verifique com os trabalhadores.</p>
4.2.3	<p>Indicador: Trabalhadores contratados têm a liberdade de movimento fora do horário de trabalho</p> <p>Requisito: trabalhadores contratados devem ser livres para deixar o local de trabalho e gerir o seu tempo de descanso</p> <p>Aplicação: Todos</p>	<p>a. Certifique-se de que o empregado é livre para deixar o local de trabalho e gerir o seu tempo de descanso. Livros de registro de verificação e registros de hora. Entrevistas de verificação com trabalhadores.</p>
<p>Nota de rodapé [66] Trabalho forçado: quando uma pessoa é forçada pelo empregador ou credor a trabalhar para pagar uma dívida financeira com a instituição credora.</p>		
Critério 4.3:	Discriminação [70] no ambiente de trabalho	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):
4.3.1	<p>Indicador: política de combate à discriminação no local incluindo, mas não limitado a como lidar com a discriminação no local de trabalho e a igualdade de acesso a todos os trabalhadores em relação ao sexo, idade, origem (locais x imigrantes), raça ou religião. De forma transparente os procedimentos da empresa devem ser descritos para promover / apresentar e responder às queixas de discriminação.</p> <p>Requisito: documento da política disponível na fazenda e seu</p>	<p>Instrução ao Cliente sobre o Indicador 4.3.1 - Discriminação no ambiente de trabalho: A evidência de políticas / práticas antidiscriminação</p> <p>Os empregadores devem ter escrito políticas anti-discriminação afirmando que a empresa não envolve ou apoia a discriminação na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, demissão ou aposentadoria, com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, união associação, afiliação política, idade ou qualquer outra condição que pode dar origem a discriminação. Claros e transparentes os procedimentos da empresa são descritos para levantar / apresentar e responder às queixas de discriminação. Os empregadores devem respeitar o princípio de salário igual para trabalho igual.</p>

	<p>conteúdo conhecido pelos trabalhadores. Prova de que o exposto na política é implementado. Não há queixas de trabalhadores como a adesão a ele.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Evidência de ocorrência de discriminação: O testemunho do trabalhador deve ser capaz de suportar que a empresa não interfere nos direitos dos funcionários em observar preceitos ou práticas ou para atender às necessidades relacionadas à raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, filiação sindical, filiação política ou qualquer outra condição que pode dar origem a discriminação.</p> <p>a. Proporcionar e garantir a implementação de uma política anti-discriminação afirmando que a empresa não participa / apoia a discriminação na contratação, remuneração, acesso a treinamento, promoção, demissão ou aposentadoria, com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, filiação sindical, filiação política, idade ou qualquer outra condição que pode dar origem a discriminação. Verifique se todos os trabalhadores receberam uma cópia da política anti-discriminação e / ou estão cientes e entendem a política. Confirmar que eles estão cientes de seu conteúdo.</p>
4.3.2	<p>Indicador: número de casos de discriminação.</p> <p>Requisito: nenhum.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Manter um registro de queixas (incluindo queixas de discriminação).</p>
4.3.3	<p>Indicador: igualdade de salários e oportunidades. Todos os trabalhadores contratados, independentemente do seu sexo, origem, raça ou religião recebem igualdade de remuneração, benefícios, oportunidades de promoção, medidas de segurança de emprego e oportunidades de formação para trabalho igual em níveis iguais funções e experiência dentro da mesma posição hierárquica.</p> <p>Requisito: evidências da igualdade de salários e oportunidades.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Manter registros de alterações salariais, promoções e oportunidades de treinamento dos empregados. Para as primeiras auditorias, os registros da fazenda devem incluir ≥ 6 meses.</p>
4.3.4	<p>Indicador: respeito dos direitos e dos benefícios de maternidade.</p> <p>Requisito: o empregador não deve testar a gravidez, não deve penalizar e / ou descartar com base no estado civil e deve garantir os direitos legais à licença-maternidade.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Proporcionar e garantir a implementação de uma política de proteção às mulheres grávidas e amamentando. Minimamente aderir à normativa pertinente, mas mesmo em sua ausência, algum grau de proteção deve ser aplicado e contabilizado. Verificar existência de horários de trabalho especiais / ajustado para mulheres grávidas ou amamentando. Prontuários refletem a gravidez / amamentação (observe a proibição de exigir a contar que está grávida). Há uma análise de risco em relação à gravidez / amamentação e saúde do trabalhador e segurança.</p>
Nota de rodapé	<p>[70] Discriminação: qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento. Nem toda distinção, exclusão ou preferência constitui uma discriminação. Por exemplo, um aumento de salário ou bônus com base no mérito ou desempenho não é, por si só, discriminação. A discriminação positiva a favor das pessoas de determinados grupos sub representados pode ser legal em alguns países.</p>	
<i>Critério 4.4: Saúde</i>	<i>e segurança no ambiente de trabalho.</i>	Crítérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):
4.4.1	<p>Indicador: porcentagem de trabalhadores treinados em práticas de saúde e segurança, procedimentos e políticas relevantes para o trabalho. Equipamentos de segurança fornecidos e mantidos e em uso.</p> <p>Requisito: 100% dos trabalhadores treinados. Certificados de formação emitidos pela autoridade nacional, órgão competente ou por outra entidade de formação reconhecida são necessários para operações com mais de cinco trabalhadores [71] e provas de que o equipamento de segurança está em uso pelos trabalhadores.</p> <p>Aplicação: fazendas com mais de 5 empregados</p>	<p>Instrução para Cliente sobre o Indicador 4.4.1</p> <p>No ambiente de trabalho saudável e seguro deve haver evidências de que todos os trabalhadores da fazenda foram treinados e compreendem plenamente o treinamento. Se entrevistados os trabalhadores precisam apresentar conhecimento e compreensão dos riscos de segurança e práticas de segurança. Trabalhadores treinados em práticas de saúde e segurança, procedimentos e políticas de minimização dos perigos / riscos no ambiente de trabalho, incluindo procedimentos sistemáticos documentados e políticas para prevenir riscos no local de trabalho e perigos, devem existir e as informações devem estar disponíveis para os trabalhadores. Devem existir procedimentos de emergência sendo de conhecimento dos trabalhadores. Os sinais de aviso em linguagem apropriada ou imagens de fácil de compreensão devem ser utilizados em torno de equipamentos de risco e / ou substâncias (químicas). Todos os trabalhadores devem ter o direito de se retirar de perigo grave iminente sem buscar a permissão da empresa. Oferecer saúde regular e treinamento de segurança para os trabalhadores contratados (uma vez por ano e para todos os novos trabalhadores), incluindo a formação sobre possíveis perigos e minimização de risco.</p> <p>a. Manter registros e cópias dos certificados de formação para todos os funcionários. Os auditores devem conferir e verificar as credenciais da empresa que oferece o treinamento (quando não for um órgão governamental).</p>

b. Garantir que todos os trabalhadores usam equipamento de segurança conforme aplicável. O equipamento que está no local deve ter

		sinais de uso (recente) e estar em condição de trabalho eficaz.
4.4.2	<p>Indicador: acompanhamento de acidentes e incidentes e ações corretivas.</p> <p>Requisito: todos os acidentes de trabalho e os incidentes devem ser registrados e as ações corretivas devem ser documentadas e implementadas.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução para Cliente sobre o Indicador 4.4.2</p> <p>Todos os acidentes de trabalho que necessitam de alguma forma de atenção médica profissional (médico ou enfermeiro) deverão ser registrados. A documentação deve ser gerada no que diz respeito às violações de segurança e saúde ocupacional. A recomendação é a de incluir um registro do número de incidentes e o número de dias-homens perdidos devido a incidentes. Um plano de ação corretiva deverá ser implementado em resposta a acidentes de trabalho e as violações de práticas de segurança que ocorreram. É preciso analisar e combater as causas para corrigir e evitar riscos futuros ou acidentes de natureza semelhante.</p> <p>a. Manter registros de acidentes e de todas as ações corretivas tomadas. Para as primeiras auditorias, os registros da fazenda devem incluir ≥ 6 meses.</p> <p>b. Certifique-se de que as ações corretivas estão em vigor. Nos casos em que haja repetição da mesma classe de acidentes uma tendência decrescente da frequência deve ser demonstrada.</p>
4.4.3	<p>Indicador: cobertura de despesas médicas.</p> <p>Requisito: O empregador deve fornecer uma prova da cobertura de todas as despesas relacionadas com qualquer acidente / lesão que ocorre sob a responsabilidade do empregador, quando não for coberta pela legislação nacional.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução para Cliente sobre o Indicador 4.4.3</p> <p>Prova de cobertura de acidente. Haverá uma compensação para cobrir as despesas e perdas de rendimento para todos os trabalhadores contratados que sofrerem acidentes ou lesões no ambiente de trabalho. Uma atenção especial deve ser dada aos trabalhadores temporários, migrantes (que se deslocam todos os dias para trabalhar) ou estrangeiros que podem não estar contemplados nas leis pertinentes à proteção em caso de lesões relacionadas com o trabalho ou problemas de saúde. Documentos relativos ao seguro do trabalhador podem ser verificados com a instituição indicada.</p> <p>a. Fornecer provas da lista de todos os trabalhadores permanentes e evidência de cobertura de seguro saúde para todos os trabalhadores.</p>
Nota de rodapé	[71] Certificado de formação emitido pela autoridade nacional, instituição competente ou por centro de treinamento reconhecido.	
Critério 4.5: Salários mínimos e justos [73] ou "salários dignos"		
4.5.1	<p>Indicador: salário mínimo conforme piso da função / tarefa.</p> <p>Requisito: todos os [74] trabalhadores contratados, incluindo os trabalhadores temporários, devem receber uma remuneração superior ou igual ao salário mínimo legalmente definido de acordo com o país ou região no país (conforme o caso). Os pagamentos devem ser feitos: em curso legal, no local de trabalho ou em conta bancária do trabalhador, na frequência especificada no contrato, com folhas de pagamento claramente documentadas dadas aos trabalhadores, incluindo a identificação de quaisquer deduções, pagamentos antecipados e / ou contribuições acordadas.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Crítérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):</p> <p>a. Estar na posse de documentos legais que mostrem os salários mínimos do local onde a fazenda está localizada. Verificar contratos, registros de salário e folhas de pagamento. Verificar os valores das horas extras. Verificar os registros de rescisão. Verificar as dívidas, deduções e / ou depósitos. Verificação aleatória com os trabalhadores se eles sabem o valor do salário mínimo legal e se os registros refletem a realidade.</p> <p>b. Manter cópias de contrato dos empregados e assegurar que pelo menos os salários mínimos são pagos aos funcionários.</p> <p>c. Manter recibos de pagamento dos salários, assinados pelos trabalhadores. Para a primeira auditoria os recibos devem incluir ≥ 6 meses.</p> <p>d. Certifique-se de que a folhas de pagamento dadas aos trabalhadores incluem a identificação de quaisquer deduções, pagamentos antecipados e / ou contribuições acordadas.</p>
4.5.2	<p>Indicador: trabalhadores permanentes recebem salários justos (de acordo com o piso da categoria, quando aplicável). Salários, se já não estiverem em um nível de "salário justo" deverão apresentar</p>	<p>a. Se o salário mínimo não foi estabelecido por lei calcule o pagamento das necessidades básicas em consulta com os trabalhadores e as suas organizações representativas e os custos de vida de acordo com fontes confiáveis. Documentar o processo e garantir que todos os trabalhadores tenham acesso a ele em horários razoáveis.</p>

	<p>gradual aumento para incluir recursos suficientes para as necessidades básicas do trabalhador além de uma renda extra que permita poupança e / ou pagamentos de pensões.</p> <p>Requisito: provas disponíveis confirmando salários justos ou aumento gradual do valor das folhas de pagamento na administração do empreendimento e nas mãos dos trabalhadores.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>b. Manter registros de pagamentos de salários como no 4.5.1c que mostrem salários justos ou aumento salarial progressivo.</p>
4.5.3	<p>Indicador: punição por violação dos direitos dos salários e dos trabalhadores.</p>	<p>a. Certifique-se de que todos os funcionários são constantemente tratados com dignidade e respeito (por exemplo nenhum abuso físico).</p> <p>b. Certifique-se de que não há deduções salariais e / ou benefícios para ações disciplinares (por exemplo para a quebra acidental do</p>

	<p>Requisito: nenhuma permissão para retenção de qualquer parte ou a totalidade dos salários, benefícios ou direitos adquiridos /estipulados por lei do trabalhador. Nem mesmo como castigo por irregularidades por parte do trabalhador (cf. OIT 29 e 105).</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>equipamento).</p>
4.5.4	<p>Indicador: haver um mecanismo de definição de salários e benefícios (incluindo, se for o caso, a combinação de acordos de remuneração com participação nos lucros e/ou produtos da safra).</p> <p>Requisito: decisões tomadas a critérios e processos para ajustes de salários e benefícios devem ser conhecidos por todos os trabalhadores</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Providenciar uma declaração afirmando o mecanismo usado para fixação de salários</p> <p>b. Certifique-se de que os funcionários estão cientes do mecanismo usado para fixação de salários.</p>
4.5.5	<p>Indicador: programa de contrato de trabalho rotativo projetados para negar aos trabalhadores antigos aumento na remuneração e outros benefícios.</p> <p>Requisito: proibido.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Assegurar que o sistema de contratação não nega aos trabalhadores antigos pleno acesso a uma remuneração justa e equitativa e outros benefícios.</p>
Nota de rodapé	<p>[73] Salários justos ou decentes: um nível salarial que permite que os trabalhadores sustentem uma família de tamanho médio acima da linha de pobreza. Necessidades básicas incluem as despesas essenciais como alimentos, água potável, roupas, abrigo, transporte, educação, impostos obrigatórios, além de uma renda discricionária, bem como benefícios sociais legalmente obrigatórios (o que pode incluir o seguro de assistência médica, seguro-desemprego, aposentadoria, etc.). Os países da OCDE definem 50% do rendimento de nível médio em um determinado país como o rendimento mínimo para necessidades básicas. Nos casos em que são utilizados os sistemas de partilha de lucros entre quem detém a fazenda e aqueles que são empregados da fazenda, o valor do salário mínimo legal, ou 50% da média do nível salarial no país (o que for maior), deve ser garantido ao empregado independente do lucro da fazenda.</p>	
Nota de rodapé	<p>[74] Trabalhadores contratados: trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários. Trabalhador permanente: pessoas cujo principal trabalho é um trabalho permanente ou com um contrato de trabalho de duração ilimitada e trabalhadores regulares cujo contrato passado por 12 meses ou mais. Trabalhador temporário: Trabalhadores cujo trabalho principal é ocasional, casual ou sazonal; trabalhadores diários, trabalho sazonal ou temporário, sob contrato, com duração inferior a 12 meses. Em caso de recontração do mesmo trabalhador se o total dos dois períodos de contratação superar 12 meses no total (incluindo, se for o caso, os períodos de liberdade condicional), o trabalhador é permanente.</p>	
Critério 4.6:	Direito à Liberdade sindical e à negociação coletiva	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):
4.6.1	<p>Indicador: Porcentagem de trabalhadores com acesso a sindicatos,</p>	

	<p>associações ou com capacidade de se organizarem e negociarem coletivamente [75] ou de ter acesso a representantes escolhidos pelos trabalhadores sem interferência de empresa.</p> <p>Requisito: 100% dos trabalhadores têm acesso, se o desejarem, a organizações capazes de representá-los independentemente do empregador.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução para Cliente sobre o Indicador 4.6.1</p> <p>Liberdade sindical e negociação coletiva determinam o percentual de trabalhadores com acesso a sindicatos, capacidade de negociar coletivamente e / ou o acesso do trabalhador ao representante (s) apropriado escolhido sem interferência do gestor do empreendimento. As empresas devem garantir que os trabalhadores interessados em negociação coletiva ou aderindo a uma organização sindical de sua escolha não sejam alvos de discriminação. Quando os direitos são restritos a empresa deve deixar claro aos trabalhadores que eles estão dispostos a envolver os trabalhadores em diálogos coletivos através de uma estrutura representativa e que eles vão permitir que os trabalhadores elejam livremente ou escolham seus próprios representantes. Os trabalhadores têm a liberdade de criar e aderir a qualquer sindicato/associação ou organização de trabalhadores permitidos pelas leis do país, livre de qualquer forma de interferência de empregadores, organizações concorrentes ou apoiados pelo empregador. A OIT especificamente proíbe "atos que são designados para promover a criação de organizações de trabalhadores ou organizações para apoio dos trabalhadores por meios financeiros ou outros com o objetivo de colocar essas organizações sob o controle de empregadores ou organizações de empregadores." As provas apresentadas serão checadas com o sindicato ou com a organização escolhida pelo trabalhador.</p> <p>a. Manter cópias de contratos dos trabalhadores e assegurar que os contratos co-assinados não restringem explicitamente o direito de associar-se livremente.</p> <p>b. Certifique-se de que os trabalhadores têm a liberdade de se organizar e participar de qualquer sindicato e / ou associação de trabalhadores e estão livres de qualquer forma de interferência dos empregadores ou organizações concorrentes criadas ou apoiadas pelo empregador. OIT especificamente proíbe "atos designados para promover a criação de organizações de trabalhadores ou para apoiar organizações de</p>
		<p>trabalhadores sob o controle ou organização dos empregadores".</p> <p>c. Certifique-se de que os sindicatos e / ou organizações da sociedade civil que defendem direitos trabalhistas são capazes de acessar / informar todos os trabalhadores diretamente (cartazes, panfletos, visitas).</p> <p>d. Certifique-se de que o sindicato e / ou representantes da sociedade civil tenham acesso aos seus membros no local de trabalho, em horário acordado com os gestores do empreendimento.</p> <p>e. Fornecer uma declaração afirmando explicitamente o compromisso do empregador em garantir a liberdade de associação e o direito de negociação coletiva de todos. Não é absolutamente necessário estar no papel. Esta declaração é conhecida pelos trabalhadores, bem como a sua intenção. Em ambientes bastante restritos este acordo mútuo tem existido verbalmente na presença de organizações da sociedade civil confiáveis. Os empregadores podem indicar a forma como eles fizeram isto e os auditores podem verificar isso.</p>
4.6.2	<p>Indicador: os membros dos sindicatos ou organizações de trabalhadores não devem ser discriminados pelos empregadores.</p> <p>Requisito: o empregador não deve interferir ou penalizar os trabalhadores por exercerem o seu direito de representação.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Certifique-se de que os funcionários não estão impedidos de exercerem o seu direito de representação.</p>
Nota de rodapé	[75] Negociação Coletiva: negociação voluntária entre empregadores e organizações de trabalhadores a fim de estabelecer os termos e condições de emprego por meio de acordos coletivos (por escrito).	
Critério 4.7:	<i>Assédio e práticas disciplinares no ambiente de trabalho causando danos físicos e/ou mentais temporários ou permanente</i>	
4.7.1	<p>Indicador: imparcialidade das sanções disciplinares.</p> <p>Requisito: nenhum caso de abuso [76].</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):</p> <p>Instrução para Cliente sobre o Indicador 4.7.1</p> <p>"Não haverá absolutamente nenhum envolvimento ou apoio a punição corporal, mental, coação física ou abuso verbal. Multas ou deduções salariais não devem ser aceitas como um método para disciplinar os trabalhadores, como indicado nas declarações políticas e provas de testemunho do trabalhador. Evidências de políticas e procedimentos disciplinares não-abusivos e se for necessário uma ação disciplinar, advertências verbais e escritas são admitidas. O objetivo deve ser sempre a melhoria do trabalhador antes da opção de deixar a empresa, como indicado por declarações políticas e provas de testemunho do trabalhador".</p>

		<p>a. Assegurar que as medidas disciplinares são justas e que não existem casos de abusos. O auditor deve revisar os registros de ações disciplinares tomadas pelo empregador (a quem e a razão para fazê-lo). Desta forma o auditor pode quantificar as diferentes ações disciplinares praticadas.</p> <p>b. Manter registros de quaisquer medidas tomadas em resposta a casos de assédio ou ações disciplinares abusivas. As respostas devem ser adequadas e destinam-se a prevenir a repetição de ocorrências. Nos casos em que não existem registros escritos ou estão incompletos verificar com o sindicato (ou organização correlata). Os auditores devem confrontar quais questões foram abordadas nas reuniões da comunidade através do cumprimento do P-SIA.</p>
4.7.2	<p>Indicador: políticas e procedimentos disciplinares claros, justos e transparentes.</p> <p>Requisito: evidência de documentação e comunicação a todos os trabalhadores.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Proporcionar e garantir a implementação de uma política de anti-assédio e ação disciplinar abusiva. O auditor deve verificar se as cópias das referidas políticas estão anexados aos contratos do trabalhador e que o trabalhador foi totalmente informado verbalmente sobre as mesmas.</p>
4.7.3	<p>Indicador: proibição de assédio.</p> <p>Requisito: evidências de que todas as instâncias estejam esclarecidas e resolvidas.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Manter registros de quaisquer medidas tomadas em resposta a casos de assédio. As respostas devem ser adequadas e destinadas a prevenir a repetição de ocorrências. Nos casos em que não existem registros escritos ou estão incompletos verificar com o sindicato (ou organização correlata).</p>
Nota de rodapé	[76] Físicos ou mentais - Abuso Mental: caracteriza-se pela utilização intencional do poder, incluindo abuso verbal, isolamento, assédio sexual ou racial, intimidação ou ameaça de força física.	

Critério 4.8: <i>Compensação de horas extras e horário de trabalho</i>		
		Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):
4.8.1	<p>Indicador: o número máximo de horas de trabalho normais: oito horas / dia ou 48 horas / semana (média máxima acima de 17 semanas) incluindo horas em "stand-by" com pelo menos um dia inteiro (incluindo duas noites) de folga em cada período de sete dias.</p> <p>Requisito: registros disponíveis da fazenda devem refletir 100% de cumprimento. Verificado em entrevistas de trabalho [77].</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução para Cliente sobre o Indicador 4.8.1 - Horas extras e horário de trabalho</p> <p>Determinar incidências, violações e abusos de horas de trabalho e horas extras.</p> <p>As horas efetivamente trabalhadas incluem o tempo gasto no local de trabalho em atividades produtivas e em outras atividades que fazem parte das tarefas e deveres dos postos de trabalho (por exemplo limpeza e preparação de ferramentas de trabalho). Ela também inclui o tempo gasto no local de trabalho quando a pessoa está inativa por razões ligadas ao processo de produção ou de organização do trabalho (por exemplo tempo de espera). Os trabalhadores deverão ser pagos por permanecer à disposição do empregador durante esses períodos. As horas efetivamente trabalhadas incluem curtos períodos de descanso passados no local de trabalho porque são difíceis de distinguir mesmo que os trabalhadores não estejam "à disposição" do seu empregador durante esses períodos. Pausas para o almoço são explicitamente excluídas, pois elas normalmente são longas o suficiente para serem distinguidas dos períodos de trabalho. O empregador deverá cumprir as leis e padrões da indústria relacionados com as horas de trabalho aplicáveis. Uma "semana de trabalho normal" pode ser definida por lei, mas não pode, regularmente (sempre ou na maioria das vezes), exceder 48 horas. As variações com base em sazonalidade podem ser aplicadas. Indica-se que os registros de horas trabalhadas sejam mantidos.</p> <p>O funcionário deve dispor de pelo menos um dia completo (incluindo duas noites) de folga em cada período de sete dias durante o qual não se deve negar a permissão para deixar as instalações da fazenda. Os trabalhadores não são obrigados a deixar a fazenda durante a folga, mas tem o direito de fazê-lo se o desejarem. Nas fazendas em locais mais remotos, onde os trabalhadores não possam desfrutar de relaxamento em casa, com a família ou em locais de recreação de sua escolha, o proprietário da fazenda deve fornecer transporte (em ambos os sentidos) e tempo suficiente fora da fazenda para permitir aos trabalhadores tal diversão, pelo menos uma vez a cada 17 semanas. As horas extras não devem exceder 12 horas por semana durante mais de duas semanas consecutivas, e o tempo total de trabalho (incluindo horas extras) não pode exceder em média 60 horas ao longo de um período de 17 semanas. Toda hora extra deverá ser paga em um prêmio de minimamente + 25% sobre o salário regular. O trabalho extra deverá ser voluntário. Exceções a este último requisito podem ser feitas nos casos em que as horas extras são necessárias para atender às demandas de negócios de curto prazo, desde que seja legal e haja um acordo de negociação coletiva. De acordo com a convenção da OIT C-183 é assegurada proteção às mulheres antes e logo após o parto. Mulheres nestas situações não são obrigadas a efetuar trabalhos que poderiam pôr em perigo a saúde da mãe e / ou criança.</p>

		<p>a. Manter quadros de horários ou lista de presença assinados pelo trabalhador. Para primeiras auditorias os registros da fazenda devem cobrir ≥ 6 meses.</p> <p>b. Certifique-se de que o horário regular dos trabalhadores da fazenda não exceda 8h / dia ou 48h / semana.</p>
4.8.2	<p>Indicador: direito de deixar a fazenda após a conclusão das tarefas diárias de trabalho.</p> <p>Requisito: evidências da liberdade de circulação para todos os funcionários.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Certifique-se de que os trabalhadores possam deixar a fazenda durante o seu tempo livre (ou seja, a qualquer momento, quando eles não estão trabalhando).</p> <p>b. Manter cópias de contrato de funcionários e garantir que os contratos de trabalho sejam claros sobre o direito dos trabalhadores de sair.</p>
4.8.3	<p>Indicador: período mínimo de folga do trabalho com o direito mas não a obrigação de deixar o local da fazenda se as acomodações forem na fazenda, exceto quando o empregador e empregado concordarem que o dia de folga não pode ser passado na fazenda.</p> <p>Requisito: quatro períodos completos de 24 horas por mês.</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>a. Certifique-se de que todos os trabalhadores têm pelo menos 4 dias / mês de folga.</p> <p>b. Manter quadros de horários para todos os funcionários. Para primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses.</p>
4.8.4	<p>Indicador: transportes à disposição dos trabalhadores (em casos de fazenda sejam distantes) para permitir que os trabalhadores desfrutem e relaxem em casa, com a família ou em locais de recreação a sua escolha.</p> <p>Requisito: o proprietário da fazenda deve fornecer transporte ida e volta para o local mais próximo onde tenha transporte público disponível.</p>	<p>a. Certifique-se que os funcionários fazenda tenham transporte ida e volta para o local mais próximo onde tenha transporte público disponível.</p>

	<p>Aplicação: todos</p>	
4.8.5	<p>Indicador: remuneração de horas extras concedida.</p> <p>Requisito: pagar a uma taxa prêmio [78] de pelo menos 25% acima do salário por horas normais.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Certifique-se que todos os funcionários estão recebendo horas extras com adicional de pelo menos 25% acima da hora salário normal.</p> <p>b. Manter registros de pagamentos de horas extras.</p>
4.8.6	<p>Indicador: horas extras são voluntárias e não devem ser mais de 12 horas / semana.</p> <p>Requisito: ocasionalmente (não de forma regular).</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Certifique-se de que para todos os funcionários as horas extras são voluntárias.</p> <p>b. Certifique-se de que para todos os funcionários as horas extras não excedam o máximo de 12h / semana.</p> <p>c. Certifique-se de que para todos os funcionários as horas extras ocorrem a título excepcional.</p> <p>d. Manter quadros de horários para todos os funcionários. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses. Verificação aleatória da precisão da folha de ponto.</p> <p>e. Manter cópia do contrato dos funcionários e garantir que o contrato menciona as condições de horas extras e de direitos.</p>

4.8.7	<p>Indicador: direito à licença maternidade incluindo pausas diárias ou redução de horas de trabalho para atender às necessidades de cuidados infantis.</p> <p>Requisito: a licença maternidade é de no mínimo 14 semanas (período total de folga incluindo antes e / ou depois o momento do nascimento) e inclui uma garantia de volta ao trabalho. O pagamento durante este período deve ser de acordo com o seguro social oferecido pelo país.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	a. Assegurar que todas as funcionárias estão cientes de seu direito a receber a licença maternidade de no mínimo 14 semanas com a continuação do pagamento.
Nota de rodapé	[77] Auditores verificarão se os trabalhadores estão familiarizados com a orientação (4.8.1.) e usarão as entrevistas do trabalhador para verificar o cumprimento. Cumprimento verificado em entrevistas.	
Nota de rodapé	[78] Adicional: percentual de remuneração mais elevado do que a hora salário regular. Devem cumprir as leis / regulamentos nacionais e / ou salário mais justo. Deve ser 125% do salário normal ou superior.	
Critério 4.9:	Contratos de trabalho justos e transparentes	Crítérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):
4.9.1	<p>Indicador: permissão para relações de contratos "labor-only" ou falsos esquemas de aprendizagem [80], incluindo recorrentes / consecutivos contratos de trabalho para negar benefícios de competência.</p> <p>Requisito: nenhum.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Garantir que os empregados tenham cópias dos seus contratos de trabalho.</p> <p>b. Certifique-se de que nenhum funcionário trabalha com um contrato de aprendiz por mais de seis meses.</p> <p>c. Certifique-se de que os funcionários entendem os seus contratos de trabalho.</p>
4.9.2	<p>Indicador: todos os trabalhadores têm documentação adequada e aplicável para trabalhar no país.</p> <p>Requisito: lista com a numeração ou cópias dos documentos aplicáveis para a contratação.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	a. Manter uma lista com a numeração ou cópias dos documentos necessários à contratação de cada colaborador.
4.9.3	Indicador: trabalhadores estão plenamente conscientes de suas condições de emprego e confirmam o seu acordo (verbal ou	Instruções aos clientes sobre o Indicador 4.9.3

<p>escrito). Políticas e procedimentos de trabalho escritos são necessários quando há mais de cinco trabalhadores contratados.</p> <p>Requisito: evidência de Acordo Contratual para todos os trabalhadores. Contratos escritos: um contrato completo arquivado no escritório, mutuamente assinado e com cópias disponíveis para o trabalhador. Acordos verbais: o empregador e o trabalhador citando condições de trabalho consistentes em entrevistas independentes.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Contratos de trabalho devem ser justos e transparentes. Contratos incluem cláusulas sobre: data de entrada, período de aviso prévio, período de estágio, política salarial e salário, horas de trabalho previstas, políticas de horas extras, protocolos de segurança da atividade aquícola, termos de seguro, políticas relativas, medidas disciplinares, lista de despesas obrigatórias, outros direitos específicos e obrigações de ambas as partes. Os contratos devem ser assinados (com nomes e endereços claramente digitados ou escritos) e data de assinatura. As regras gerais ou coletivas podem ser anexadas ao contrato assinado mas o trabalhador terá uma cópia completa impressa desses. Fazendas com mais de cinco trabalhadores contratados devem seguir os procedimentos formais de contrato e políticas baseados em papel. Em fazendas com menos trabalhadores, onde fazendeiro e os trabalhadores se envolvam em práticas de contratação verbais, entrevistas confidenciais com o proprietário da fazenda, trabalhadores e pessoas da comunidade circundante (por exemplo um professor de escola local, em caso de crianças que trabalham na fazenda) podem ser necessárias para validar se o contrato é justo e transparente (ou seja, verbal). Cooperativas (grupos de fazendas) no montante de um total de mais de cinco trabalhadores contratados irão cumprir com a papelada que é especificada nos indicadores.</p> <p>a. Se os contratos forem escritos: certifique-se de que todos os contratos de trabalho estão mutuamente assinados e com cópias disponíveis para o empregado.</p> <p>b. Se os contratos forem verbais: certifique-se de que todos os funcionários compreendem e podem citar condições de emprego. Se houver medidas adicionais, devem ser fornecidas impressas para o trabalhador.</p> <p>c. Se forem mais de 5 trabalhadores: desenvolver e implementar políticas e procedimentos escritos relativos ao emprego.</p>
---	---

4.9.4	<p>Indicador: período de estágio estipulado no contrato.</p> <p>Requisito: o período de estágio deverá seguir a lei prevalecente no país mas não poderá ser mais de 30 dias em casos das leis não existirem ou de leis não aplicáveis [81].</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Manter cópias de contratos dos trabalhadores e garantir que o tempo de estágio segue o definido nas leis locais e na ausência do período probatório legal, o período de estágio não poderá exceder um mês.</p> <p>b. Certifique-se de que o período de estágio é entendido e respeitado pelos empregados.</p>
4.9.5	<p>Indicador: em subcontratação [82] ou trabalho domiciliar o proprietário da fazenda deve assegurar que as leis trabalhistas, de segurança social e as disposições da OIT ratificadas são devidamente respeitadas e cumpridas.</p> <p>Requisito: confirmação de que subcontratantes e intermediários têm contratos com os seus trabalhadores e que estão em cumprimento com as leis e regulamentos.</p> <p>Aplicação: produtores que adotam regime de subcontratação ou trabalho.</p>	<p>Instruções ao Cliente sobre o Indicador 4.9.5 - Subcontratação e trabalho domiciliar</p> <p>A subcontratação de equipes para tarefas intensivas de trabalho (por exemplo despesca e classificação) é uma prática comum na carcinicultura mas muitas vezes uma parte pouco ou não-regulamentada do negócio. Uma adequada medida de responsabilidade social é a realização de uma auditoria jurídica antes de contratar os serviços de um provedor específico. Esta diligência é incorporada nesta exigência para fazendas que apresentem indícios de que tenham prestadores de serviços trabalhando sobre possíveis violações dos direitos básicos dos trabalhadores. Verificar a fazenda subcontratante e o seu desempenho em relação ao tratamento dos trabalhadores e disposições de saúde e segurança. Verificar se foi informado aos subcontratados, por escrito, a necessidade de cumprimento desta política. Visitar aleatoriamente um ou dois subcontratados e / ou verificar em entrevista com os trabalhadores (regulares).</p> <p>a. Os auditores devem verificar se foram enviadas cartas aos prestadores de serviços subcontratados solicitando a contratação legal dos mesmos. Os auditores devem verificar a existência das cartas dos subcontratantes indicando os nomes e as idades dos seus trabalhadores e que eles são legalmente contratados.</p> <p>b. Fornecer provas de que os prestadores de serviços já foram examinados sobre possíveis violações dos direitos básicos dos trabalhadores.</p> <p>c. Certifique-se que todos os trabalhadores empregados por subcontratantes ou intermediários realizam atividades cumprindo regulamentos/procedimentos de saúde e segurança da fazenda.</p>
Nota de rodapé	[79] Contrato "Labor only": a prática de contratação de trabalhadores sem estabelecer uma relação formal de emprego com o objetivo de evitar o pagamento de salários regulares ou a prestação de benefícios legalmente exigidos como a proteção da saúde e segurança.	
Nota de rodapé	[80] Falso Regime de Aprendizagem: a prática de contratação de trabalhadores nos termos de aprendiz sem estipular termos de aprendizagem / salários. É um falso aprendizado se o seu objetivo é pagar mal as pessoas, evitar obrigações legais ou empregar crianças.	
Nota de rodapé	[81] Se a lei dos países produtores requer mais, a lei deve ser seguida.	
Nota de rodapé	[82] Trabalhador subcontratado: não diretamente contratado pela fazenda, mas através de uma parte intermediário (subcontratante).	
Critério 4.10: Sistema de autogestão justo e transparente [83]		
4.10.1	<p>Indicador: o empregador garante que todos os trabalhadores têm acesso a canais de comunicação adequados com os responsáveis</p>	<p>Crítérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):</p> <p>Instruções ao Cliente sobre o Indicador 4.10.1-4 - Mecanismo justo e transparente para resolver conflitos coletivos</p>
	<p>sobre questões relacionadas aos direitos trabalhistas e condições de trabalho.</p> <p>Requisito: gerentes e funcionários devem ter no mínimo duas reuniões por ano. As agendas e minutas das reuniões devem estar disponíveis.</p> <p>Aplicação: todos os empreendimentos com mais de 5 trabalhadores.</p>	<p>Registros das reuniões e denúncias podem ser inspecionados e verificados com a gerência, trabalhadores ou outra organização a qual um trabalhador é um membro. A ata e reclamações relacionadas devem incluir a agenda (no caso de reunião), a resolução ou pontos sobre os quais ambas as partes concordaram e uma lista de participantes da reunião (em caso de reunião).</p> <p>a. Certifique-se de que os trabalhadores possam apresentar queixas e assuntos críticos anonimamente (sugestão: manter caixas de reclamação para os funcionários em toda a fazenda).</p> <p>b. Certifique-se de que os trabalhadores estão cientes dos procedimentos de reclamações da fazenda e são incentivados a usá-los pelos gerentes.</p> <p>c. Manter registros de reuniões (pelo menos duas vezes por ano) realizada com mão de obra. Os registros devem incluir lista de participantes, agendas, plano de ação e resumos. Para registro as primeiras auditorias devem cobrir pelo menos uma reunião.</p>
4.10.2	<p>Indicador: índice de questões abordadas pelos trabalhadores que</p>	<p>a. Manter um registro gravado de questões levantadas pelos trabalhadores (incluindo os formulários de reclamação), data e resposta tomadas. Para primeira auditoria devem ser apresentados todos os registros dos 6 anteriores ou mais.</p>

	<p>são registradas, respondidas e monitoradas pelo empregador.</p> <p>Requisito: 100%</p> <p>Aplicação: todas as fazendas com mais de 5 trabalhadores.</p>	<p>b. Certifique-se de que os funcionários têm acesso ao registro em horários razoáveis. Verificar, na ausência de queixas, com a organização a qual pertencem trabalhadores.</p>
4.10.3	<p>Indicador: plano de ação, com procedimentos e prazos, é desenvolvido para atender às queixas.</p> <p>Requisito: lista de reclamações correspondendo ao plano de ação e prazos para a resolução estão disponíveis.</p> <p>Aplicação: todas as fazendas com mais de 5 trabalhadores.</p>	<p>a. Manter um registro gravado de questões levantadas pelos trabalhadores e incluir um plano (incluindo ações e prazos) para a resolução dos conflitos ainda não resolvidos.</p> <p>b. Certifique-se de que o plano seja respeitado.</p>
4.10.4	<p>Indicador: porcentagem de reclamações que são resolvidas no prazo de três meses após recebidas.</p> <p>Requisito: 90% de acordo com o item 4.10.3.</p> <p>Aplicação: todas as fazendas com mais de 5 trabalhadores.</p>	<p>a. Manter evidência de que questões levantadas pelos trabalhadores estão sendo resolvidas. As provas podem incluir cartas assinadas por funcionários ou seus representantes.</p> <p>b. Registrar as questões a serem resolvidas no registro como para 4.10.2.</p> <p>c. Certifique-se de que o plano seja respeitado.</p>

Nota de rodapé [83] aplicável às fazendas com mais de 5 trabalhadores.

<i>Critério 4.11:</i>	<i>Condições de vida para trabalhadores alojados na fazenda</i>	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):
4.11.1	<p>Indicador: as condições de vida para os trabalhadores nos alojamentos na fazenda são decentes e há segurança.</p> <p>Requisito: todas as instalações são limpas, desinfetadas, à prova de chuva, seguras e adequadas para a habitação. Quartos compartilhados precisam incluir disposições que permitam a privacidade de visibilidade tais como paredes, cortinas de vime ou móveis / telas de bambu. Água potável e instalações para cozinhar ou instalações de bufê estão disponíveis para todos os trabalhadores alojados em instalações da fazenda.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução para Cliente sobre os indicadores 4.11.1 e 4.11.2</p> <p>Este critério é sobre fornecer aos trabalhadores residentes comodidades básicas porém decentes para viverem. O critério não se aplica abrigos improvisados utilizados nas fazendas que permitam aos trabalhadores ocasionalmente o abrigo da chuva ou tirar uma soneca rápida no intervalo entre os turnos. As condições de vida são para alimentação permanente ou semi-permanente, dormir, descansar, recreação e cuidados de higiene pessoal. Códigos internacionais do trabalho (OIT, SA8000) também fazem referência à disponibilidade de luz e ao espaço privado mínimo por pessoa de 4 m² nos quartos de dormir compartilhados. Verificar o local, condição e tamanho do alojamento. Verificar se o mesmo é utilizado por trabalhadores (não apenas gestores) e que não está apenas temporariamente em uso.</p> <p>a. Certifique-se de que os funcionários acomodados na fazenda têm acesso a habitação ampla, decente e adequada com instalações que sejam limpas, possuam sanitário e à prova de chuva.</p> <p>b. Certifique-se de que os quartos compartilhados incluam disposições que permitam privacidade como divisor de paredes, cortinas ou móveis de vime / telas de bambu.</p> <p>c. Certifique-se de que todos os funcionários acomodados têm acesso a instalações de água potável e de culinária ou a disponibilidade de instalações de bufê.</p>
4.11.2	<p>Indicador: instalações adequadas para as mulheres.</p> <p>Requisito: instalações sanitárias e de higiene separadas e</p>	<p>a. Fornecer instalações sanitárias e de higiene separadas e adequadas disponíveis para homens e mulheres com a possível exceção dos casais serem acomodados juntos. Se as mulheres estão presentes no mercado de trabalho (com registro de trabalho e contracheque): verificar a existência e a condição das instalações sanitárias separadas.</p>

adequadas disponíveis para homens e mulheres com a possível exceção dos casais sendo acomodados juntos.

Aplicação: todas as fazendas com mais de 5 trabalhadores.

PRINCÍPIO 5: GERIR A SAÚDE E BEM ESTAR DO CAMARÃO DE MANEIRA RESPONSÁVEL

Critério 5.1: Prevenção de doenças		Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):
5.1.1	<p>Indicador: desenvolver e manter um plano de saúde operacional abordando: 1) os agentes patogênicos que podem vir do ambiente do torno na fazenda (por exemplo predador e controle vetorial), 2) patógenos que podem se espalhar a partir da fazenda para o meio ambiente (por exemplo: através de efluentes e resíduos, tais como a gestão de camarões mortos) 3) propagação de patógenos dentro da fazenda. Fundamental para evitar a contaminação cruzada. Detectar e prevenir patógeno (s) emergente/ monitorar sinais externos de patologias e animais moribundos.</p> <p>Requisito: demonstração de que o plano de saúde operacional é funcional.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução ao auditor sobre o indicador 5.1.1</p> <p>O auditor deve ser capaz de entender a lógica dos componentes do plano de saúde e compreender os riscos associados com a operação da fazenda e como se dá o planejamento para melhorar continuamente as práticas de produção para responder a estas medidas. O auditor precisa ter certeza de que não há contaminação ou propagando a doença para o meio ambiente e de que medidas de prevenção aos riscos são adotadas além dos mecanismos para evitar a propagação de infecções de uma estrutura de cultivo para a outra. Por exemplo: se uma fazenda de pequena escala tiver eventos de mortalidade causados pela mancha branca (determinado usando sinais brutos e / ou testes rápidos), a água não deverá ser dispensada para o meio ambiente natural em cumprimento a este requisito. Quando a capacidade de diagnóstico for limitada, os sinais brutos podem ser utilizado para efetuar diagnósticos.</p> <p>a. Fornecer e manter um plano de saúde operacional que aborde:</p> <p>1) os agentes patogênicos que podem ser provenientes do ambiente do torno na fazenda (por exemplo predador e controle de vetores)</p> <p>2) os agentes patogênicos que podem se espalhar a partir da fazenda para o meio ambiente (por exemplo através de efluentes e resíduos, tais como camarões mortos)</p> <p>3) divulgação de patógenos dentro da fazenda. Fundamental para evitar a contaminação cruzada. Detectar e prevenir patógeno (s) emergente e monitorar sinais externos de patologias e animais moribundos.</p>	<p>A. Revisar plano de saúde para o cumprimento.</p>
5.1.2	<p>Indicador: filtração da água na entrada das estruturas de cultivo para minimizar a entrada de agentes patogênicos.</p> <p>Requisito: redes, grades, telas ou barreiras com malha de tamanho apropriado [85] presentes em todas as entradas das estruturas de cultivo.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Certifique-se de que todas as entradas das estruturas de cultivo têm redes, grades, telas ou barreiras com malha de tamanho adequado.</p>	<p>A. Confirmar a presença destas redes, grades, telas ou barreiras na entrada das estruturas de cultivo.</p>
5.1.3	<p>Indicador: média anual da taxa de sobrevivência da fazenda [86] (SR):</p> <p>1) sistemas sem arraçoamento e de aeração não permanente;</p> <p>2) sistemas com arraçoamento e de aeração não permanente [87];</p> <p>3) sistemas com arraçoamento e aeradas permanentemente.</p> <p>Requisito: SR> 25% SR> 45% SR> 60%</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução para Cliente sobre o Indicador 5.1.3 – Taxa de sobrevivência (SR)</p> <p>Passo 1 - Cálculo de taxa de sobrevivência individual da estrutura de cultivo</p> <p>O número estimado de camarão despescado é calculado dividindo a biomassa despescada pela média de peso corporal e a SR pode ser estimada, para cada estrutura de cultivo, com a seguinte fórmula:</p> <p>% da taxa de sobrevivência = [(biomassa despescada / peso corporal médio) / Contagem do estoque PL]. Os produtores são responsáveis por todas as contagens incluindo a realizada na incubação das pós-larvas e incubadoras abastecidas. A contagem do estoque de PLs deve ser realizada quando as mesmas são transferidas da incubadora para a estrutura de cultivo.</p> <p>Passo 2 - A média anual da Taxa de sobrevivência e o valor médio ponderado para todas as estruturas despescadas durante os últimos 12 meses são calculados da seguinte forma:</p> <p>SR em % = ((%taxa de sobrevivência na estrutura 1 x número de pós-larvas abastecidas na estrutura1) + (%taxa de sobrevivência estrutura 2 x número de pós-larvas abastecidas na estrutura 2) + ... + (% taxa de sobrevivência da estrutura n x número de pós-larvas abastecida na estrutura n)) / número total de pós-larvas abastecidas em todas as estruturas.</p> <p>Um sistema de contagem será importante para que a medida SR seja significativa. Todas as taxas individuais de sobrevivência nas estruturas de cultivo de 95% e acima são consideradas resultado de uma subestimação do número pós-larvas e como consequência não podem ser incluídos no cálculo da sobrevivência média anual.</p>	

		<p>a. Deve ser apresentada a contagem feita no início da safra e este número pode ou não correlacionar-se com recibos de compras. Manter registros do total de camarão estocado durante os últimos 12 meses. Para primeiras auditorias os registros da fazenda devem cobrir ≥ 6 meses e os registros devem cobrir, pelo menos, uma despesa inteira por local (veja preâmbulo). No caso de produção de formas jovens na própria fazenda as contagens nas saídas das incubadoras podem ser utilizadas.</p>	<p>A. Avaliação da planilha de contagem de pós-larvas da fazenda. As planilhas não devem ultrapassar 5% da margem de erro. Se na fazenda há produção de formas jovens uma contagem é o suficiente. O auditor terá de confirmar a precisão do método utilizado pela fazenda.</p>
		<p>b. Manter registros para cada safra (por exemplo recibos de venda ou recibos da unidade de processamento) suficientes para mostrar o número total de camarão despescado de cada estrutura. Para as primeiras auditorias, os registros devem abranger, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).</p>	<p>B. Confirme que os registros de fazenda são suficientes para determinar o número de camarões despescados de cada estrutura.</p>
		<p>c. Calcule a média ponderada real da porcentagem de mortalidade (veja acima). Forneça cálculos para o auditor. Cálculos devem ser baseados na contagem de incubadoras de pós-larvas se na fazenda houver produção de formas jovens. Para fazendas que têm fornecedores independentes de formas jovens os cálculos devem basear-se na contagem realizada pela fazenda de referência e cruzadas com as contagens realizadas na incubação.</p>	<p>C. Avaliação dos cálculos apresentados para verificar a precisão da referência cruzada com as contagens na incubação. Classificar a fazenda em uma das três categorias e confirmar que a mortalidade média percentual real cumpre com a exigência.</p>
5.1.4	<p>Indicador: porcentagem de abastecimento de pós-larvas (PLs) que são organismos Livres de Patógenos Específicos (SPF) [88] ou organismos Resistentes a Patógenos específicos (SPR) [89] para todos os agentes patogênicos importantes [90].</p> <p>Requisito: 100% se comercialmente disponível [91] - para quaisquer espécies se pelo menos 20% dos estoques de PLs do país são de SPF SPR, logo o fornecimento é considerado comercialmente disponível. Se não estiverem comercialmente disponíveis, PLs rastreados para todos os agentes patogênicos importantes podem ser utilizadas.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução para Cliente sobre o Indicador 5.1.4</p> <p>Se em mais de 20% da produção de camarão de um país são utilizadas pós-larvas SPF ou SPR para uma determinada espécie, as operações certificadas por esta norma devem fazê-lo também. Uma lista de produtores de formas jovens no país / região deve ser mantida, indicando quais as que produzem PLs SPF / SPR. O auditor verificará se PLs SPF / SPR são consideradas comercialmente disponíveis com base na % das unidades produtoras SPF / SPR. Para pós-larvas que não sejam SPF ou SPR atenderem este padrão, toda doença listada pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) [92] tem que ser testada para provar que o organismo não é contaminado, a menos que haja clara evidência, com base científica que o país está livre dessa doença ou que as espécies cultivadas pelo produtor não são sensíveis a essa doença em particular.</p>	
		<p>a. Estar na posse de recibos e / ou declarações do fornecedor de pós-larvas indicando o estado SPF e SPR dos reprodutores e os agentes patogênicos que as pós-larvas foram testadas. Manter registros durante os últimos 12 meses. Para primeiras auditorias, os registros da fazenda devem cobrir ≥ 6 meses.</p>	<p>A. Se o país e espécies estão listados como para os quais é necessário pós-larvas 100% SPF / SPR, confirme que todas as pós-larvas estocadas são originadas por reprodutores SPF ou SPR.</p>
		<p>b. Manter lista de OIE para quais doenças as pós-larvas devem ser testadas (ver acima).</p>	<p>B. Confirmar que a lista OIE é precisa e que as pós-larva foram testadas para as doenças relevantes listadas.</p>
		<p>c. Apresentar provas (por exemplo documentos revisados ou cópias de declarações oficiais das autoridades competentes) se nenhuma das doenças OIE listadas for relevante).</p>	<p>C. Revise as provas e confirme a precisão.</p>
Nota de rodapé	[85] Justificativa do tamanho da malha deve ser demonstrada ao auditor e basear-se em fatores de risco de doenças locais (por exemplo presença de prováveis vetores, etc).		
Nota de rodapé	[86] Taxa de sobrevivência não inclui sobrevivência na larvicultura.		
Nota de rodapé	[87] aeração permanente refere-se à capacidade de aeração instalada durante mais de 90% do período de crescimento para sustentar uma alta biomassa que excede a capacidade de carga natural do sistema de cultura, corresponder à taxa de alimentação para garantir a melhor taxa de crescimento possível. Aeração de emergência não é considerada como aeração permanente.		
Nota de rodapé	[88] Livre de Patógeno Específico: um termo usado para os animais que são garantidos livres de patógenos específicos. A afirmação do lote certificado é acompanhada por uma lista dos agentes patogênicos ausentes.		
Nota de rodapé	[89] Resistente a Patógeno Específico: descreve uma característica genética de um camarão que confere alguma resistência contra um patógeno específico. Camarões SPR resultam geralmente de um programa de melhoramento específico concebido para aumentar a resistência a um vírus em particular. Dentro destes requisitos, programas usando uma abordagem de seleção em massa são aceitáveis desde que o status resistente do estoque possa ser cientificamente demonstrado.		

Nota de rodapé	[90] Todas as doenças, para as quais as espécies de criação são suscetíveis, listadas pela OIE ou pela autoridade nacional competente.
Nota de rodapé	[91] Ver o Apêndice para obter detalhes sobre exceções e elegibilidade SPR / SPF.
Nota de rodapé	[92] http://www.oie.int

		Crterios de Conformidade (ações necessrias ao cliente):	Avaliao do Auditor (ações necessrias ao auditor):
5.2.1	<p>Indicador: autorizao internacional para controle letal de predador de quaisquer espcies protegidas, ameaadas ou em perigo, tal como definido pela Unio Internacional para Conservao da Natureza (IUCN) na Red List [94] lista de processos nacionais [95], ou outras listas oficiais [96].</p> <p>Requisito: nenhum.</p> <p>Aplicao: todos.</p>	Instruo para Cliente sobre o Indicador 5.2.1	
		Esta exigncia no se aplica ao tratamento de gua da estrutura de cultivo. Controle internacional de predador letal é definido como tentativa de matar um animal. O uso de cercas de excluso de predadores passivos e dispositivos so fortemente encorajados.	
		a. Manter uma lista de todos os dispositivos de controle de predadores e suas localizaes.	A. Revisar o procedimento de controle de predadores e lista de dispositivos de controle de predadores.
		b. Manter uma lista de todas as espcies protegidas, ameaadas ou potencialmente em perigo. Visitar a fazenda e mostrar a lista com espcies relevantes em lugares relevantes na fazenda	B. Revisar exatido da lista.
	-	C. Inspeccionar locais para verificar o no uso de controles letais de predadores que podem causar morte de espcies protegidas, ameaadas ou em perigo.	
5.2.2	<p>Indicador: permissao para utilizao de chumbo e produtos qumicos selecionados para controle de predadores.</p> <p>Requisito: nenhum.</p> <p>Aplicao: todos.</p>	Instruo para Cliente sobre o Indicador 5.2.2	
		Somente produtos qumicos registrados no pas de produao podem ser usados. Alm disso, a utilizao de pesticidas deve ser compatvel com as exigncias de 5.3.5.	
		a. A fazenda controla predadores e mantm uma lista de dispositivos de controle de predadores (como na 5.2.1a).	A. Revisar a lista de dispositivos de controle de predadores e confirmar que no so utilizados tiros de chumbo ou produtos qumicos no aprovados para o controle de predador.
	-	B. Inspeone locais para verificar a no utilizao de tiros de chumbo ou produtos qumicos no aprovados para controle de predadores.	
5.2.3	<p>Indicador: no caso de uso de controle letal de predadores, um programa bsico de monitoramento deve ser implementado para documentar a freqncia de visitas, variedade de espcies e o nmero de animais que interagem com a fazenda.</p> <p>Requisito: sim</p> <p>Aplicao: todos</p>	a. Se o controle letal de predadores é usado desenvolver e manter um programa de monitoramento.	A. Reveja os resultados do programa de controle e verifique a adequao e preciso dos resultados.
		b. Devem ser identificados e monitorados todos os incidentes em que foram utilizados controle letal de predadores, especificando a data, espcies, mtodo utilizado e justificativa para o uso de fora letal em vez de alternativas no-letais.	B. Verifique o programa de monitoramento de proteao das espcies ameaadas de extino da fazenda.
Nota de rodapé	[93] Predador: Qualquer animal que vive se alimentando de outros animais.		
Nota de rodapé	[94] Listas vermelhas da IUCN podem ser acessadas atravs www.iucnredlist.org .		
Nota de rodapé	[95] Lista de processo nacional: Qualquer processo que ocorre a nvel nacional, estadual ou outro nvel dentro de um pas que avalia o status de conservao das espcies contra um conjunto de critrios definidos reconhecidos pelo governo como relevante. Tais processos listados podem ser legalmente obrigatrios (por exemplo a Lei das Espcies Ameaadas nos EUA) ou no serem juridicamente obrigatrios (por exemplo listas de espcies criadas por COSEWIC no Canad (Comisso do Status de Vida Selvagem) ou o Livro Vermelho no Vietn).		
Nota de rodapé	[96] Nota: no se aplica ao tratamento de gua da lagoa e quaisquer animais aquáticos que esto contidos dentro dele.		
<i>Critrio 5.3:</i>	<i>Manejo de doenas e tratamentos</i>	Crterios de Conformidade (ações necessrias ao cliente):	Avaliao do Auditor (ações necessrias ao auditor):
5.3.1	Indicador: permissao para uso de antibióticos e alimentos		

medicamentosos em produtos com rótulo ASC (a fazenda pode ser certificada porém determinado produto que receba alimentos medicamentosos não serão autorizados a receberem rótulo ASC).

Requisito: nenhum.

Instruções ao Cliente no Indicador 5.3.1

Esta exigência aplica-se a todos os antibióticos e a todos os métodos de aplicação e de uso direto de alimentos medicamentosos. Este indicador não se aplica às incubadoras, dentro ou fora do local de cultivo.

a. Deve ser apresentada uma lista de todos os medicamentos veterinários, produtos químicos e produtos biológicos utilizados na fazenda nos últimos 12 meses. Para as primeiras auditorias, os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local.

A. Revisar a lista de medicamentos, produtos químicos e produtos biológicos utilizados no ciclo de cultivo.

Critério 5.2: Controle de Predadores [93]

	Aplicação: todos.	(veja preâmbulo).	
		b. Fornecer os registros detalhados do uso de qualquer medicamento veterinário, produtos químicos e produtos biológicos em cada estrutura de cultivo da fazenda nos últimos 12 meses. Para primeiras auditorias, os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).	B. Revisar os registros para confirmar o uso de produtos químicos na fazenda. Durante inspeção no local, verificar se não há nenhuma evidência de uso não contabilizado de quaisquer medicamentos veterinários, produtos químicos ou produtos biológicos (ou seja, não haja recipientes vazios ou suprimentos no armazém).
		c. Se quaisquer antibióticos ou alimentos medicamentosos forem utilizados detalhe e mantenha um sistema de rastreamento para garantir que nenhum produto processado seja vendido com rotulo ASC. Nestes casos há necessidade de manter uma cadeia de custódia ASC válida.	C. Capte provas suficientes da operação de um sistema de rastreamento preciso. Se houve utilização de quaisquer antibióticos ou alimentos medicamentosos verificar a validade da Cadeia de Custódia da fazenda.
5.3.2	Indicador: permissão para o uso de antibióticos classificados como de importância crítica pela Organização Mundial de Saúde [97] (OMS) mesmo que autorizado pelas autoridades nacionais pertinentes. Requisito: nenhum. Aplicação: todos.	a. Manter uma lista de todos os antibióticos utilizados na fazenda nos últimos 12 meses. Para primeiras auditorias, os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).	A. Revisar lista dos antibióticos utilizados.
		b. Fazenda não utiliza quaisquer antibióticos de importância crítica para a medicina humana como classificados pela OMS e antibióticos proibidos pelas autoridades nacionais competentes nos últimos 12 meses.	B. Lista de verificação cruzada dos antibióticos utilizados no cultivo com a lista da OMS de antibióticos críticos para a medicina humana e dos antibióticos proibidos pelas autoridades nacionais competentes.
		c. Demonstrar conhecimento prático de antibióticos de importância crítica da OMS e antibióticos proibidos pelas autoridades nacionais competentes e mostrar que eles não são utilizados na fazenda.	C. Revisar conhecimento dos produtores sobre antibióticos proibidos.
		-	D. Durante visitas no local verifique que não há nenhuma evidência de uso de antibióticos críticos para a medicina humana através de observação direta e inspeção.
5.3.3	Indicador: informações sobre o armazenamento e uso de produtos químicos. Requisito: registro de estoque e de uso disponíveis para todos os produtos. Aplicação: todos.	Instruções ao Cliente sobre o Indicador 5.3.5 Para saber as listas de pesticidas proibidos ou restritos, consulte os seguintes documentos: 53 Anexo III da Convenção de Roterdã sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado http://www.pic.int/TheConvention/Chemicals/AnnexIIIChemicals/tabid/1132/language/en-US/Default.aspx Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes. Anexo A, B e C: http://www.pops.int/documents/convtext/convtext_en.pdf http://www.pops.int/documents/convtext/convtext_en.pdf A classificação recomendada da OMS de pesticidas por perigo e diretrizes para a classificação: http://www.who.int/ipcs/publications/pesticides_hazard_2009.pdf	
		a. Manter espaços de armazenamento para todos os medicamentos veterinários, produtos químicos e biológicos fornecidos em 5.3.1a	A. Verifique se os espaços de armazenamento estão disponíveis e adequados para a segurança e preservação da qualidade.
		b. Fornecer registros detalhados do uso de qualquer medicamento veterinário, produtos químicos e produtos biológicos em cada estrutura de cultivo na fazenda nos últimos 12 meses. Para primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).	B. Revisar os registros para confirmar o uso dos produtos químicos na fazenda. Durante inspeção no local, verifique se não há nenhuma evidência de uso não contabilizada de quaisquer medicamentos veterinários, produtos químicos ou produtos biológicos (ou seja, não há recipientes vazios ou suprimentos no armazém).
5.3.4	Indicador: o uso adequado de produtos químicos por trabalhadores da fazenda. Requisito: evidências disponíveis de conhecimento / treinamento e instrução dos trabalhadores. Aplicação: todos.	a. Desenvolver procedimentos operacionais padrão para a utilização de medicamentos veterinários, produtos químicos e produtos biológicos.	A. Revisar conteúdo dos procedimentos operacionais padrão de uso seguro e implementação de medicamentos veterinários, produtos químicos e produtos biológicos.
		b. Certifique-se de que os funcionários estão familiarizados com o procedimento operacional padrão.	B. Verificar por meio de entrevistas que os funcionários estão cientes dos procedimentos para uso de produtos químicos adequados e que eles têm acesso as instruções em vigor.
		-	C. Durante visitas no local, verifique que não há evidência de falha em cumprimento dos procedimentos operacionais padrão.

5.3.5	<p>Indicador: permissão para tratar a água com pesticidas proibidos ou limitados pela Convenção de Roterdã sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC), Convenção de Estocolmo sobre Poluentes</p>	<p>a. Manter uma lista de todos os produtos químicos utilizados na fazenda (como por 5.3.1a) nos últimos 12 meses. Para primeiras auditorias, os registros devem cobrir, pelo menos, safra por local</p>	<p>A. Revisão completa lista de produtos químicos.</p>
	<p>Orgânicos Persistentes (POP) ou classificados como "extremamente perigosos" ou "altamente perigosos" (categorias Ia e Ib) pela Organização Mundial de Saúde (OMS).</p> <p>Requisito: nenhum.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>(veja preâmbulo).</p> <p>b. Preparar uma declaração afirmando que na fazenda não são utilizados quaisquer pesticidas proibidos ou limitados pela Convenção de Roterdã sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC), a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) ou a Organização Mundial da Saúde (OMS).</p>	<p>B. Revisão das declarações durante as visitas no local. Verifique que não há permissão para o tratamento de água com pesticidas proibidos ou limitados pela Convenção de Roterdã sobre procedimento de onsentimento Prévio Informado (PIC), a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), ou classificados como "extremamente perigosos "ou" altamente perigosos "(classes Ia e Ib) pela Organização Mundial da Saúde (OMS).</p>
5.3.6	<p>Indicador: permissão para descarga de produtos químicos perigosos [98] sem neutralização anterior [99].</p> <p>Requisito: nenhum</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>a. Manter procedimentos operacionais padrão em 5.3.4a e garantir que eles incluam processos de neutralização.</p> <p>b. Certifique-se de que os funcionários estão familiarizados com os procedimentos operacionais padrão.</p> <p>-</p>	<p>A. Revisão dos procedimentos operacionais padrão para adequação.</p> <p>B. Entreviste funcionários e avalie o cumprimento.</p> <p>C. Durante visitas no local verifique que não há evidência de falha do cumprimento dos procedimentos operacionais padrão.</p>
5.3.7	<p>Indicador: utilização de probióticos excluindo a utilização de produto fermentado para semear lotes adicionais.</p> <p>Requisito: somente produtos probióticos aprovados pelas autoridades competentes apropriadas podem ser usados.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Fornecer registros detalhando a utilização de quaisquer produtos biológicos na fazenda nos últimos 12 meses. Para primeiras auditorias, os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).</p> <p>b. Para a lista fornecida no 5.3.7a, mostrar que cada item é aprovado para a aquicultura por autoridades nacionais relevantes. Se a agência reguladora responsável da aquicultura não aprovar probióticos ou outros agentes biológicos, os produtores devem ser capazes de mostrar os registros de compra, faturamento e informações de produtos associados a quaisquer probióticos utilizados.</p> <p>c. Se a fermentação for praticada no local do cultivo, manter e cumprir o protocolo fornecido pelos fornecedores incluindo todas as precauções necessárias para assegurar que eles não têm cepas contaminantes.</p> <p>d. Se a fermentação for praticada no local do cultivo assegurar que os produtos fermentados não são usados para semear lotes adicionais de fermentação e que todos os lotes devem ser semeados usando um probiótico comercial.</p>	<p>A. Revisão de registros para confirmar que não há nenhuma evidência de uso não contabilizado de quaisquer medicamentos veterinários, produtos químicos ou produtos biológicos (ou seja, não há recipientes vazios ou suprimentos no armazém). Forneça um inventário detalhando os probióticos utilizados e de dosagem ao longo dos últimos 12 meses.</p> <p>B. Confirme que os produtos listados utilizados são aprovados para a aquicultura.</p> <p>C. Verifique se os protocolos estão disponíveis, são adequados e respeitados.</p> <p>D. Verifique através de visita ao local e entrevista de funcionários que não existem sinais de produtos fermentados sendo utilizados para semear outros lotes de fermentação.</p>
Nota de rodapé	<p>[97] A terceira edição da lista da OMS de antimicrobianos altamente importantes foi lançado em 2009 e está disponível em http://www.who.int/foodborne_disease/resistance/CIA_3.pdf</p>		
Nota de rodapé	<p>[98] Os produtos químicos perigosos devem ser identificados através de uma análise de risco. Produtos perigosos comuns usados no cultivo de camarão são cal, desinfetantes, metabisulfito de sódio, pesticidas, incluindo pesticidas naturais, como a semente de chá e rotenona (consulte a Boyd e Massaut 1999 e Gräslund e Bengtsson 2001 para uma avaliação dos riscos com produtos químicos).</p>		
Nota de rodapé	<p>[99] Isto não significa que o efluente deva apresentar pH neutro mas precisa garantir que os produtos químicos sejam eliminados e que água seja mantida durante o tempo de retenção adequado antes do lançamento para garantir que os animais em águas receptoras não morram. Para produtos químicos aplicados às estruturas de cultivo é preciso esperar até que o efeito seja neutralizado antes do lançamento da água. Este item enquadra os produtos químicos utilizados durante a despesca (metabisulfito, cloro) que poderiam ser lançados em canais públicos. Em face da preocupação com produtos químicos utilizados nas estruturas de cultivo o item tornou-se mais abrangente. Neste caso os produtores só precisam demonstrar que não há lançamento de água antes da retenção adequada. Para produtos químicos utilizados na despesca é preciso destinar o resíduo à bacia de sedimentação ou neutralizá-lo quimicamente antes do lançamento em público.</p>		
<p>PRINCÍPIO 6: GERENCIAR ORIGEM DOS REPRODUTORES, SELEÇÃO DE ESTOQUE E EFEITOS DA GESTÃO DE ESTOQUE</p>			

Critério 6.1: Presença ou introdução de espécies de camarão exóticas		
	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente): Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor): Instruções ao Cliente no Indicador 6.1.1 - Utilização de espécies de camarão não nativas	
6.1.1	<p>Indicador: uso de espécies de camarão não nativas [104].</p> <p>Requisito: permitido, desde que esteja em produção comercial local [105], não exista nenhuma evidência [106] de estabelecimento ou impacto nos ecossistemas adjacentes por essa espécie e exista</p> <p>Aplicação: Indicador 6.1.1 aplica-se apenas às fazendas que cultivam espécies não nativas. Fazendas que só cultivam espécies nativas de camarão estão isentas deste indicador. Se comprovado que a espécie cultivada é nativa para a área, através de evidências de fontes independentes de renome, tais como artigos científicos, IUCN, FAO ou outras</p>	
6.1.2	<p>documentação (autorizações para o cultivo, licenças de importação, etc.) que demonstre o cumprimento dos procedimentos de introdução identificados pelas diretrizes de importação regionais, nacionais e internacionais (por exemplo, OIE e CIEM [107]).</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>organizações internacionais os auditores devem registrar "não aplicável" para este critério.</p> <p>Para demonstrar o cumprimento do Indicador 6.1.1 devem ser apresentadas as autorizações de importação e utilização da espécie para o cultivo.</p> <p>Mais informações sobre o código de conduta, introduções e transferências de organismos marinhos podem ser encontrados no http://www.ices.dk/reports/general/2004/icescop2004.pdf. Os produtores devem demonstrar que têm um conhecimento das orientações e cumprir as práticas de cultura de espécie não nativas.</p>
	<p>a. Auditores devem verificar através da inspeção dos documentos da fazenda que o fornecedor de pós-larva identificou a espécie (nome em latim) do camarão de cativeiro. Manter registros de compras de pós-larvas ao longo dos últimos 12 meses. Para primeiras auditorias os registros da fazenda devem cobrir ≥ 6 meses.</p>	<p>A. Confirmar que as espécies cultivadas são identificadas com precisão em registros de compra.</p>
	<p>b. Preparar provas documentais (artigos revisados por especialistas, IUCN, FAO ou outra organização internacional). No caso de espécies não nativas consulte c e d (abaixo).</p>	<p>B. Se as espécies cultivadas são nativas para o sistema de água, fornecer provas documentais (artigos revisados por especialistas, a IUCN, a FAO ou outra organização internacional). Se as espécies não são nativas consulte c e d (abaixo).</p>
	<p>c. Preparar provas documentais (artigos revisados por especialistas, declarações oficiais do governo/autoridade [competente] ou outras referências comparáveis) que a espécie é comercialmente produzida no local.</p>	<p>C. Confirme que a documentação demonstra que as espécies em questão são comercialmente cultivadas no local. Se a espécie não for nativa forneça provas documentais (artigos revisados por especialistas, autoridade oficial do governo [competente]) declarações ou outras referências comparáveis de que a espécie é comercialmente produzida no local.</p>
	<p>d. Se a espécie não é nativa fornecer provas documentais (artigos revisados por especialistas, governo/ autoridade [competente]) declarações ou outras referências comparáveis indicando que não há impactos negativos.</p> <p>Impacto negativo por auto recrutamento inclui mas não está limitada a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - alteração da diversidade genética do camarão selvagem através de cruzamentos; - competição (por exemplo deslocamento de espécies locais); - destruição do habitat. 	<p>D. Revise, no mínimo, evidências de um impacto negativo e avalie sua precisão.</p>
	<p>e. Se a espécie não é nativa fornecer provas documentais (autorizações para o cultivo, licenças de importação, etc.) que demonstrem o cumprimento dos procedimentos de introdução como identificado pelas diretrizes de importação regionais, nacionais e internacionais (por exemplo, da OIE e CIEM).</p>	<p>E. Revise as provas e avalie a precisão.</p>
6.1.2	<p>Indicador: medidas de prevenção no local para evitar fugas no momento da despesca e durante o cultivo incluem (A-F):</p>	

<p>A. Telas eficazes ou barreiras de malha adequada para os menores animais presentes; duplo blindado quando as espécies não forem nativas.</p> <p>Requisito: sim.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Fornecer registros da fazenda que indiquem os tamanhos dos camarões (por exemplo biometria mensal). Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).</p>	<p>A. Revise os registros do tamanho do camarão em diferentes unidades de cultivo.</p>
	<p>b. Manter registros que indiquem o tamanho da malha, da rede ou grades para toda a fazenda e como é selecionada a malha mais apropriada para os animais menores. Para as primeiras auditorias registros da fazenda devem cobrir ≥ 6 meses.</p>	<p>B. Revise os registros do tamanho da malha ou grade. Confirme se o tamanho da malha / grade que foi selecionado é apropriado para os menores animais presentes no momento usado.</p>
	<p>c. Se a espécie não for nativa assegurar que as telas duplas são utilizadas no abastecimento e no lançamento em todos os momentos.</p>	<p>C. Durante a visita ao local, inspecione o tamanho das malhas ou grades para confirmar o cumprimento. Onde houver cultivo de espécies não nativas confirme a utilização de telas duplas.</p>
<p>B. Margens de viveiros ou diques com altura e construção adequadas</p>	<p>a. Fornecer registros oficiais ou declaração que mostrem o nível de</p>	<p>A. Revise registros abrangendo ≥ 25 anos ou declaração de</p>

<p>para evitar rompimento em inundações excepcionais [108].</p> <p>Requisito: sim.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>água máximo do local (o nível do rio, os níveis de maré, os níveis de inundação, etc.) nos últimos 25 anos.</p>	<p>agências governamentais para estabelecer a altura máxima de água quando ocorre inundação.</p>
	<p>b. Estar na posse de uma declaração das autoridades locais ou organização respeitável que relate a altitude (m acima do nível do mar) da barreira em seu ponto mais baixo. Mostrar a localização da parte mais baixa da barreira no mapa da fazenda.</p>	<p>B. Revisar registros e mapa. Analisar as evidências e verificar se a menor altura da barreira é suficiente para enfrentar a maior altura da água registrada nos últimos 25 anos.</p>
<p>C. Inspeções regulares são realizadas em tempo hábil e arquivadas num registro permanente.</p> <p>Requisito: sim.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Fornecer registros permanentes de inspeção periódica e regular das malhas ou grades utilizadas nas unidades de produção.</p>	<p>A. Verificar que as inspeções são regulares e em tempo hábil.</p>
	<p>b. Organizar para o auditor uma inspeção durante a visita no local.</p>	<p>B. Testemunha da fazenda realizando uma inspeção de malhas e grades para confirmar que o programa é eficaz.</p>
<p>D. Reparos do sistema em tempo hábil são registrados.</p> <p>Requisito: sim.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Manter registros permanentes de mitigação e reparos. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).</p>	<p>A. Revise a documentação para verificar se os reparos são realizados e registrados.</p>
	<p>a. Identificar a quantidade e localização de todos os dispositivos de armadilha. O termo "dispositivo de armadilha" não inclui redes ou grades.</p>	<p>A. Revise a forma de utilização de dispositivos de armadilha para monitorar fugas.</p>
<p>E. Instalação e gestão de dispositivos de armadilha para provar a existência de fugas com registro de dados.</p> <p>Requisito: sim.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>b. Mantenha um registro de inspeções regulares (no mínimo semanal) da armadilha e monitoramento do escape.</p>	<p>B. Revisar os registros de inspeção e escape.</p>
	<p>c. Configurar corretamente as armadilhas em localização adequada para garantir um acompanhamento eficaz das fugas em toda fazenda.</p>	<p>C. Durante a visita ao local inspecione se as armadilhas estão configuradas corretamente e a localização é adequada para garantir um monitoramento eficaz dos escapes.</p>
<p>F. Protocolos de recuperação de escape no lugar</p> <p>Requisito: sim</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>a. Desenvolver e implementar protocolos de recuperação de fuga.</p>	<p>A. Revise protocolo de recuperação do escape e avalie a implementação (se há registros de escapes, ações empreendidas e ações para prevenir a recorrência).</p>

6.1.3	Indicador: escapes e medidas tomadas para prevenir a recorrência. Requisito: registros estão disponíveis para consulta. Aplicação: todos.	a. Quando o escape for detectado, registrar todas as ações tomadas para prevenir a recorrência. Para primeiras auditorias esses registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).	A. Avalie as ações para prevenir a recorrência.
Nota de rodapé	[104] No momento da publicação do Padrão de Normas ASC para cultivo de Camarão.		
Nota de rodapé	[105] Local: dentro do país de produção.		
Nota de rodapé	[106] O GSC reconhece que a criação (sem provas) é difícil e que esta questão será monitorada pelo Grupo Técnico Consultivo da ASC que irá avaliar caso a caso para determinar como esta deve ser aplicada em várias localidades.		
Nota de rodapé	[107] Conselho Internacional para a Exploração do Mar.		
Nota de rodapé	[108] Eventos extraordinários de inundações = inundações de 25 anos.		
Critério 6.2:	Origem de pós-larvas ou reprodutores	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):
6.2.1	Indicador: PL e reprodutores são livres de doença e cumprem as diretrizes de importação regionais, nacionais e internacionais (por	a. Fornecer documentos comprovativos de testes em pós-larvas de todos os agentes patogênicos relevantes (ver lista no 5.1.4b e provas	A. Revise provas e confirme a precisão.

	exemplo, da OIE e CIEM). Requisito: documentação fornecida demonstrando cumprimento, em até dois anos desde a data de publicação deste Padrão, para operações que utilizem reprodutores <i>monodon</i> selvagem de origem local. Imediatamente aplicável em todos os outros casos. Aplicação: todos.	adicionais em 5.1.4c) a menos que os patógenos não estejam presentes no país. Manter registros de compras de pós-larvas ou recepções ao longo dos últimos 12 meses. Para primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses. b. Para todas as fazendas que utilizem reprodutores que não seja <i>monodon</i> selvagem e para as fazendas que estoquem pós-larvas de reprodutores <i>monodon</i> selvagem a partir de 1 de Janeiro de 2015: fornecer prova documental de testes nos reprodutores de todos os agentes patogênicos relevantes (ver lista no 5.1.4b e provas adicionais em 5.1.4c). Manter registros de compra de pós-larvas ao longo dos últimos 12 meses. Para primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses. c. Se há produção de formas jovens na fazenda a equipe deve ter conhecimento das orientações introdução / importação referida no presente requisito.	B. Revise provas e confirme a precisão. C. Avalie o conhecimento de gestão aquícola das diretrizes.
6.2.2	Indicador: porcentagem total de pós-larvas em ciclo fechado de larvicultura (reprodutores criados em fazendas). Requisito: <i>P. vannamei</i> , <i>P. indicus</i> , <i>P. stylirostris</i> 100%. <i>P. monodon</i> deve apresentar taxa crescente ao longo do tempo e chegar a 100% no prazo de seis anos após a publicação deste Padrão de Normas. Aplicação: todos.	a. Apresentar uma declaração do fornecedor de pós-larvas identificando a espécie (nome latino) do camarão em cativeiro e a fonte de reprodutores (incluindo se são provenientes de captura selvagem ou criados em cativeiro). Manter registros de compra de pós-larvas ao longo dos últimos 12 meses. Para primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses.	A. Revise a declaração e verifique que apenas reprodutores criados em cativeiro são utilizados para todas as outras espécies além da <i>P. monodon</i> e a partir de 1 de Janeiro de 2019, também para reprodutores <i>P. monodon</i> .
6.2.3	Indicador: origem dos reprodutores selvagens capturados. Requisito: obtidos apenas por reprodutores pescados no local [114]. Aplicação: fazendas utilizam larvas geradas a partir de <i>P. monodon</i> selvagens capturados.	a. Fornecer uma declaração do fornecedor de pós-larvas identificando a fonte (local da pescaria e país) de reprodutores. Manter registros de compra de pós-larvas ao longo dos últimos 12 meses. Para as primeiras auditorias os registros da fazenda devem cobrir ≥ 6 meses.	A. Revise declarações e verifique que são utilizados apenas reprodutores pescados ao longo da mesma costado país onde a fazenda está localizada.
6.2.4	Indicador: permissão para capturar PL selvagens exceto em fluxo da maré natural em lagoas.	a. Estar na posse da declaração do fornecedor de formas jovens atestando que as mesmas não são provenientes de captura selvagem (sendo provenientes de reprodutores mantidos em cativeiro).	A. Verifique se a fazenda tem depoimentos de fornecedores de formas jovens.

	<p>Requisito: nenhum.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>b. Manter todos os recibos de formas jovens. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses.</p>	<p>B. Verifique a manutenção de registros precisos do fornecimento de formas jovens.</p>
Nota de rodapé	[114] Originário do mesmo país, massa d' água e / ou subpopulação genética.		
Critério 6.3:	<i>Camarão transgênico [116]</i>	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):
6.3.1	<p>Indicador: permissão para cultivo de camarão transgênico (incluindo os descendentes de camarão geneticamente modificados).</p> <p>Requisito: nenhum.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Quando camarão GM estiver disponível comercialmente para a indústria deve ser apresentada uma declaração de que na fazenda não são utilizados camarões geneticamente modificados (transgênicos).</p>	<p>A. Verifique declaração de não utilização de linhagens geneticamente modificadas.</p>
		<p>b. Excluído devido a redundância com a.</p>	<p>B. Excluído devido à redundância com A.</p>
Nota de rodapé	[116] Camarão Transgênico: um subconjunto de OGM são organismos que têm inseridos DNA originários de em uma espécie diferente. Alguns OGM não contêm o DNA de outras espécies e não são, portanto, transgênicos, mas cisgênicos.		
PRINCÍPIO 7: USO DE RECURSOS DE UMA MANEIRA AMBIENTALMENTE EFICIENTE E RESPONSÁVEL			
<i>Critério 7.1 - A rastreabilidade das matérias-primas da alimentação</i>			
		Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):
7.1.1	<p>Indicador: evidência de rastreabilidade básica dos ingredientes da</p>	<p>a. Estar em posse de uma declaração (em papel timbrado)</p>	<p>A. Confirme a existência dos registros.</p>
	<p>alimentação, incluindo a fonte, espécie, país de origem e método de obtenção demonstrado pelo produtor de ração [118].</p> <p>Requisito: lista de todos os ingredientes que compõem mais de 2% da ração fornecido em papel timbrado da empresa.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>do fornecedor de rações identificando todos os ingredientes que compõem mais de 2% da ração.</p> <p>b. Para todos os ingredientes da alimentação que representem mais de 2% fornecer cópias de declarações de terceiros com as seguintes informações: indicação de país de origem e para produtos de peixe, zona de pesca do fornecedor de ingredientes de acordo com as áreas principais de pesca e subdivisões propostas pela FAO (http://www.fao.org/fishery/cwp/handbook/H/en); espécies e método de captura.</p> <p>Nota: nem todas as principais áreas têm subdivisões de acordo com a FAO.</p>	<p>B. Revise declarações e confirme o cumprimento.</p>
7.1.2	<p>Indicador: demonstração da cadeia de responsabilidade e rastreabilidade dos produtos originados da pesca na alimentação através de um membro do ISEAL ou esquema de certificação compatível com ISO 65 que também incorpora o Código de Conduta de Pesca Responsável da FAO [119].</p> <p>Requisito: sim</p> <p>Aplicação: todos</p>	<p>a. Fornecer provas de terceiros (através de um membro do ISEAL ou esquema de certificação compatível com ISO 65 que incorpora o Código de Conduta da FAO para a Pesca Responsável) demonstrando cadeia de responsabilidade e rastreabilidade de todos os componentes marinhos exceto para aparas. A lista de esquemas adequados está disponível no site do ASC. Os seguintes passos podem ser seguidos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Identifique todos os fornecedores de ração da fazenda; 2. Prepare uma lista de todos os tipos de ração adquiridas durante os últimos 12 meses; 3. Para cada tipo de ração solicite ao fornecedor uma lista de todos os produtos originados da pesca que foram usados como ingredientes das rações; 4. Onde os ingredientes da ração incluírem insumo certificado (como por esta exigência), solicite ao fornecedor de rações provas de certificação de rastreabilidade de terceiros (por exemplo certificado de cadeia de responsabilidade). 	<p>A. Revise provas e confirme cumprimento.</p>

Nota de rodapé	[118] A rastreabilidade deve estar em um nível de detalhe que permita ao produtor de ração demonstrar o cumprimento das exigências do presente documento. Para tal a documentação de terceiros de programas de controle de garantia de qualidade e rastreabilidade dos ingredientes deverá ser apresentada. Esta exigência também pressupõe que o produtor de ração disponibilizará para a fazenda uma lista completa dos ingredientes da ração ciente de que a parte pertinente do relatório do auditor poderá ser divulgada para varejistas embora as fontes de ingredientes possam não ser reveladas.
----------------	--

Nota de rodapé	[119] Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO).
----------------	---

Critério 7.2 -		Origem dos ingredientes aquáticos e terrestres da ração.	Critérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):
7.2.1a		<p>Indicador: prazo para 100% (balanço de massa) da farinha e óleo de peixe utilizados na alimentação serem provenientes de pesca [122] certificada por um membro pleno da ISEAL [123] que tem diretrizes específicas e promove sustentabilidade ecológica das pescas forrageiras.</p> <p>Requisito: dentro de cinco anos a contar da data de publicação das normas.</p> <p>Aplicação: todos a partir de março 2019.</p>	<p>Instrução de clientes para o Indicador 7.2.1b - 100% da farinha e óleo de peixe de fontes certificadas</p> <p>É obrigatória a apresentação de informações detalhadas dos fornecedores de rações sobre a origem de produtos da pesca que são utilizados como ingredientes de rações. É de responsabilidade do gestor do empreendimento aquícola em transição para a certificação obter informações pertinentes do fornecedor. O ASC reconhece, contudo, que os fornecedores vão exigir um período de tempo para entrar em cumprimento com esse indicador.</p> <p>Aplicação: Indicador 7.2.1a entra em pleno vigor em março de 2019. Nesse ínterim as fazendas podem optar por cumprir o indicador 7.2.1a ou 7.2.1b (eles não são obrigados a cumprir ambos indicadores). Se a opção for o cumprimento do item 7.2.1b então Indicador 7.2.1 não é aplicável e o auditor deve registrar esse fato no relatório de auditoria.</p> <p>Nota: os termos farinha e óleo de peixe utilizados neste manual de auditoria são igualmente aplicáveis aos produtos provenientes da pesca de invertebrados como lulas ou outras espécies não ósseas de peixes.</p>	
			<p>a. Estar na posse de uma declaração do fabricante de ração para identificar a origem de todos os ingredientes marinhos e produtos de óleos usados como ingredientes de rações (especificar gênero, espécie e região de captura). Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses e todos os requisitos para a ração só se aplicam aos ingredientes marinhos e óleos.</p>	<p>A. Confirme a existência de declaração do fabricante de alimentos para identificar a origem de todos os ingredientes marinhos e produtos de óleos utilizados (especificar gênero, espécie e região de captura).</p>
			<p>b. Fornecer provas de que a farinha e óleo de peixe utilizados na ração são de fontes certificadas e que estão em cumprimento</p>	<p>B. Revise provas e confirme o cumprimento.</p>

		com os padrões de um membro do ISEAL.	
7.2.1b	<p>Indicador: pontuação da FishSource [122] [124] [125] para a(s) pesca (s) do qual um mínimo de 80% do óleo e farinha de peixe em volume é derivado (Ver Apêndice IV, subseção 3 para explicação da pontuação FishSource).</p> <p>a. para Critérios Fishsource 4 (avaliação de biomassa da desova)</p> <p>b. para Critérios Fishsource 1, 2, 3 e 5</p> <p>Requisito:</p> <p>a. 8</p> <p>b. 6 ou o cumprimento com a proposta alternativa provisória</p>	<p>Instrução aos Clientes para indicador 7.2.1b – Pontuação FishSource de produtos utilizados na alimentação</p> <p>Para determinar a pontuação FishSource de espécies de peixes utilizadas como ingredientes de rações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acesse http://www.fishsource.org/; - Selecione "Espécies" e desça o guia para a esquerda; - Selecione as espécies que são utilizadas como fonte de farinha ou óleo de peixe; - Confirme que a pesquisa identifica as espécies corretas e em seguida selecione o guia superior que diz "Pontuações" - Avalie a pontuação para verificar o cumprimento. <p>Se os resultados mostrarem que as espécies não cumprem todos os critérios então a alimentação não atende aos requisitos deste Padrão de Normas. Se a espécie não foi avaliada (se não estiver listada no site da FishSource), então, a alimentação não atende aos requisitos da norma. Contate o FishSource, através de parceiros de pesca sustentável, para identificar como prioridade a espécie para a avaliação.</p>	

	<p>7.1.1c</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>a. Estar na posse de declaração do fabricante de ração como no Indicador 7.2.1a. Se os produtos de peixe incluem produtos não enquadrados nos critérios Fish Source definidos nesta exigência ou não fazem parte de um Programa de Melhoria (IP), conforme definido no requisito, a declaração deve indicar igualmente o nível máximo de inclusão de produtos de peixes não compatíveis (cálculos de balanço de massa podem ser utilizados). Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses e todos os requisitos para a alimentação animal só se aplicam aos peixes no local.</p>	<p>A. Verifique se há informações sobre a origem dos ingredientes da ração.</p>
		<p>b. Para fazendas que não utilizem alimentação que contenham farinha e óleo de peixe originários de um Programa de Melhoria (IP) fornecer uma pontuação FS para cada espécie utilizada como ingrediente de ração (ou de todas as espécies indicadas no 7.1.1b.b) em todos os alimentos utilizados durante os últimos 12 meses. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses e todos os requisitos para a alimentação animal só se aplicam aos peixes no local.</p>	<p>B. Revise pontuação FS para as espécies utilizadas na alimentação e confirme o cumprimento. Verificação cruzada contra espécies listadas nas declarações do fornecedor de ração.</p>
<p>7.2.1c</p>	<p>Indicador: na falta de uma avaliação FishSource uma pescaria pode ser envolvida em um programa de melhoramento (Programa de Melhorias de Pescas (FIP) transparentes e públicos (projeto com relatórios públicos periódicos consulte o Anexo VII).</p> <p>Requisito: veja o Apêndice VII para obter detalhes sobre a conformidade.</p> <p>Aplicabilidade: todos.</p>	<p>c. No caso da utilização de ração contendo farinha e óleo de peixe de um fabricante participante de um Programa de Melhoramento da Pesca (IP) fornecer elementos de prova (por exemplo comunicações, acordos, atas de reuniões, etc.) que o fabricante de óleo e farinha de peixe se juntou a um IP com um plano de trabalho disponível publicamente e relatou sobre os progressos realizados pelo menos uma vez por ano. Uma consulta deve assegurar que as metas do Plano de Ação estão sendo cumpridas anualmente e que os relatórios sobre os progressos são divulgados publicamente.</p>	<p>C. Revise provas e confirme análises (conformidade com o Anexo VII).</p> <p>Uma parte da consulta deve assegurar que as metas do Plano de Ação estão sendo cumpridas anualmente e que relatórios sobre os progressos são divulgados publicamente.</p>
<p>7.2.2</p>	<p>Indicador: porcentagem de ingredientes não marinhos a partir de fontes certificadas pelo sistema de certificação de um membro do ISEAL que aborda a sustentabilidade ambiental e social.</p> <p>Requisito: 80% para a soja e óleo de palma dentro de cinco anos a partir da data de publicação do Padrão de Normas ASC para cultivo de Camarão.</p> <p>Aplicabilidade: todos após março de 2019.</p>	<p>a. Estar na posse de uma declaração do fabricante de alimentos para identificar o percentual de soja e óleo palma certificadas por um padrão compatível a diretriz ISEAL para a sustentabilidade ambiental e social.</p>	<p>A. Confirme a existência de declaração do fabricante de alimentos para identificar o respectivo percentual de soja e óleo de palma certificados a um nível compatível com o ISEAL.</p>
		<p>b. Fornecer evidências de que produtos de soja e óleo de palma utilizados na alimentação (conforme listado na 7.2.2a) são de fontes certificada e estão em cumprimento com os padrões de um membro do ISEAL.</p>	<p>B. Revise provas e confirme o cumprimento. O auditor deverá obter cópia do certificado bem como da declaração de cumprimento pelo fabricante de ração.</p>
<p>Nota de rodapé</p>	<p>[122] Esta exigência aplica-se a farinha e óleo de peixe forrageiros e não subprodutos ou aparas utilizados na ração.</p>		
<p>Nota de rodapé</p>	<p>[123] Tais como o Marine Stewardship Council (MSC) que incentiva medidas positivas no sentido de promover a sustentabilidade da pesca.</p>		
<p>Nota de rodapé</p>	<p>[124] http://www.fishsource.org/</p>		
<p>Nota de rodapé</p>	<p>[125] Ou pontuação equivalente usando a mesma metodologia.</p>		
<p><i>Critério 7.3: Uso de organismos geneticamente modificados (OGM) em ingredientes da alimentação</i></p>			
	<p>Crítérios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):</p>	<p>Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):</p>	

7.3.1	<p>Indicador: permissão para ingredientes de rações geneticamente modificados apenas quando as informações a respeito do uso de ingredientes transgênicos nos alimentos para camarão estejam facilmente disponíveis para os varejistas e consumidores finais, incluindo:</p> <p>a. informação na auditoria se ingredientes transgênicos foram utilizados na ração fornecida aos camarões;</p> <p>b. divulgação de ingredientes transgênicos que foram utilizados na ração para o camarão certificado ASC ao longo de toda a cadeia de suprimento até o varejista. Divulgação dos relatórios de auditoria em um banco de dados de fácil acesso na página do ASC. Esta base de dados, quando disponível, deve ter o acesso permitido, sob demanda, para o varejista e consumidores.</p> <p>c. utilização de ferramentas de comunicação rápidas, fáceis e adequadas para informar os varejistas e os consumidores em todos os produtos certificados.</p> <p>Requisito: sim [132].</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução para Clientes e Auditores para Indicador 7.3.1</p> <p>Evidências da presença ou ausência de ingredientes geneticamente modificados em alimentos deverão ser recolhidas pelo auditor. A prova deve incluir declarações dos fabricantes de alimentos, registros e testes de uma amostra da alimentação (por exemplo o uso de ferramentas biomoleculares para confirmar a presença ou ausência de OGM - de acordo com o limite de detecção e tolerância reconhecidos pelas legislações vigentes). Três conclusões possíveis podem surgir dependendo das evidências de presença ou ausência de OGM:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantia de utilização de rações livres de OGM; - Rações utilizadas contêm ingredientes geneticamente modificados; - Rações utilizadas podem conter ingredientes geneticamente modificados; <p>Tais conclusões, a partir da análise de evidências, precisam ser comunicadas através da cadeia de custódia de acordo com a árvore de decisão do Padrão de Normas.</p>	
7.3.2	<p>Indicador: lista (nota de rodapé) de ingredientes da ração que não contém nenhum OGM</p> <p>Requisito: sim</p> <p>Aplicação: fazendeiros que utilizam alimentação GM-livre</p>	<p>a. Estar de posse (como por 7.3.1a) de uma declaração (em papel timbrado) do fornecedor de rações identificando todos os ingredientes da ração em composição superior a de 2% (como por 7.1.1a). A declaração deverá indicar o status OGM de cada ingrediente da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - OGM-livres (resultados de testes de DNA em laboratório necessários para acompanhar a declaração do fabricante de ração); - OGM; - Desconhecido. 	<p>A. Confirme a existência dos registros. Comunique as informações ao ASC para o banco de dados.</p>
7.3.3	<p>Indicador: rastreabilidade de Não-OGM na ração pelo produtor de ração e pelo gestor da na fazenda</p> <p>Requisito: sim</p> <p>Aplicação: produtores que utilizam de alimentação livre de OGM</p>	<p>a. Fabricantes de ração devem fornecer uma lista ao gestor da fazenda de todos os ingredientes que têm potencial fonte geneticamente modificada.</p> <p>b. Manter registros indicando a origem (incluindo país de origem) de todos os ingredientes listados na 7.3.3ª.</p>	<p>A. Revise lista e documentos de apoios gerados através da pesquisa bibliográfica e confirme a veracidade da lista incluindo, se disponíveis, a preservação de identidade (IP).</p> <p>B. Verifique a rastreabilidade da lista de ingredientes de volta a fonte primária.</p>
7.3.4	<p>Indicador: as amostras recolhidas aleatoriamente pelo auditor são testadas negativas por PCR</p> <p>Requisito: sim</p> <p>Aplicação: produtores que utilizam ração livre de OGM</p>	<p>a. Permitir que o auditor colha amostras de diferentes tipos de ração disponíveis na fazenda.</p>	<p>A. Recolha amostras para envio a um laboratório credenciado ISO 17025 ou laboratório operado por universidades / governo para o uso de PCR ou outro teste molecular capaz de identificar os produtos OGM. Confirme o estado OGM-livre das amostras de alimentos.</p>
Nota de rodapé	[132] Certificado orgânico ou OGM-Livre por uma certificadora credenciada		
7.4.1	Indicador: Proporção de Peixe na Ração (FFER) [137] <i>L. vannamei</i>		

	<p>e <i>P. monodon</i>.</p> <p>Requisito: <i>L. vannamei</i> ≤ 1.35: 1 e <i>P. monodon</i> ≤ 1.9: 1.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instrução para o cliente para 7.4.1.</p> <p>$FFER_m = (\% \text{ de farinha de peixe na ração} \times eFCR) / 22,2$</p> <p>No caso da utilização de diferentes rações na fazenda o teor médio de farinha de peixe deve ser calculado da seguinte forma: % de farinha de peixe na ração = [(% farinha de peixe da ração A X quantidade de ração A utilizada) + (% da farinha de peixe da ração B x quantidade de ração B utilizada) + ... + / * quantidade total de ração A, B +, + ...</p> <p>Note que subprodutos de pesca que atendam aos critérios de sustentabilidade e rastreabilidade em 7.1 e 7.2 não contam para estes cálculos e podem, portanto, ser considerados neste cumprimento.</p> <table border="1" data-bbox="887 373 2078 662"> <tr> <td data-bbox="887 373 1480 485">a. Estar de posse de declaração do fabricante de ração indicando a porcentagem média de farinha e óleo de peixe em cada tipo de alimentação utilizada. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses.</td> <td data-bbox="1480 373 2078 485">A. Verifique se a fazenda possui informações sobre porcentagem de inclusão de farinha e óleo de peixe para todos os tipos de alimentação.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="887 485 1480 596">b. Manter registros (por exemplo recibos) que mostrem o peso dos camarões despescados. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, um ciclo de produção completo por local (veja preâmbulo).</td> <td data-bbox="1480 485 2078 596">B. Verifique se a fazenda mantém registros que mostram o peso dos camarões despescados.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="887 596 1480 662">c. Calcule a média FFER.</td> <td data-bbox="1480 596 2078 662">C. Revise os cálculos para verificar a precisão. Confirme o cumprimento.</td> </tr> </table>	a. Estar de posse de declaração do fabricante de ração indicando a porcentagem média de farinha e óleo de peixe em cada tipo de alimentação utilizada. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses.	A. Verifique se a fazenda possui informações sobre porcentagem de inclusão de farinha e óleo de peixe para todos os tipos de alimentação.	b. Manter registros (por exemplo recibos) que mostrem o peso dos camarões despescados. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, um ciclo de produção completo por local (veja preâmbulo).	B. Verifique se a fazenda mantém registros que mostram o peso dos camarões despescados.	c. Calcule a média FFER.	C. Revise os cálculos para verificar a precisão. Confirme o cumprimento.				
a. Estar de posse de declaração do fabricante de ração indicando a porcentagem média de farinha e óleo de peixe em cada tipo de alimentação utilizada. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses.	A. Verifique se a fazenda possui informações sobre porcentagem de inclusão de farinha e óleo de peixe para todos os tipos de alimentação.											
b. Manter registros (por exemplo recibos) que mostrem o peso dos camarões despescados. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, um ciclo de produção completo por local (veja preâmbulo).	B. Verifique se a fazenda mantém registros que mostram o peso dos camarões despescados.											
c. Calcule a média FFER.	C. Revise os cálculos para verificar a precisão. Confirme o cumprimento.											
7.4.2a	<p>Indicador: Taxa de Conversão Alimentar econômica (eFCR).</p> <p>Requisito: registros estão disponíveis.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instruções aos Clientes e Auditor para o Indicador 7.4.2a</p> <p>O eFCR é calculado para todas as despescas ao longo do último período de 12 meses.</p> <p>$eFCR = \text{Ração (kg ou MT)} / \text{Produção líquida (kg ou MT) (peso úmido)}$.</p> <p>Os dados brutos de todas as estruturas de cultivo deverão estar disponíveis para verificação de forma aleatória pelo auditor.</p> <table border="1" data-bbox="887 871 2078 1334"> <tr> <td data-bbox="887 871 1480 983">a. Estar na posse de recibos e / ou declarações do fornecedor de rações indicando o volume de alimento comprado. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses e, pelo menos, uma despesca completa por local (veja preâmbulo).</td> <td data-bbox="1480 871 2078 983">A. Revise registros e confirme que existem para todas as rações utilizadas.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="887 983 1480 1046">b. Manter registros que mostrem o tipo de alimentação e o peso total utilizado.</td> <td data-bbox="1480 983 2078 1046">B. Confirme a existência de registros completos e precisos para a alimentação.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="887 1046 1480 1158">c. Manter registros (por exemplo recibos) que mostrem o peso de camarões despescados. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).</td> <td data-bbox="1480 1046 2078 1158">C. Verifique registros de biomassa na despesca.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="887 1158 1480 1270">d. Calcular eFCR e rendimento para cada estrutura despescada durante os últimos 12 meses utilizando as fórmulas indicadas no Padrão de Normas. Para primeiras auditorias, os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por site (veja preâmbulo).</td> <td data-bbox="1480 1158 2078 1270">D. Revise os cálculos para saber se está completo.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="887 1270 1480 1334">e. Calcular média ponderada eFCR para o ciclo completo de produção usando a fórmula dada no Padrão de Normas.</td> <td data-bbox="1480 1270 2078 1334">E. Revise a precisão dos cálculos.</td> </tr> </table>	a. Estar na posse de recibos e / ou declarações do fornecedor de rações indicando o volume de alimento comprado. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses e, pelo menos, uma despesca completa por local (veja preâmbulo).	A. Revise registros e confirme que existem para todas as rações utilizadas.	b. Manter registros que mostrem o tipo de alimentação e o peso total utilizado.	B. Confirme a existência de registros completos e precisos para a alimentação.	c. Manter registros (por exemplo recibos) que mostrem o peso de camarões despescados. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).	C. Verifique registros de biomassa na despesca.	d. Calcular eFCR e rendimento para cada estrutura despescada durante os últimos 12 meses utilizando as fórmulas indicadas no Padrão de Normas. Para primeiras auditorias, os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por site (veja preâmbulo).	D. Revise os cálculos para saber se está completo.	e. Calcular média ponderada eFCR para o ciclo completo de produção usando a fórmula dada no Padrão de Normas.	E. Revise a precisão dos cálculos.
a. Estar na posse de recibos e / ou declarações do fornecedor de rações indicando o volume de alimento comprado. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses e, pelo menos, uma despesca completa por local (veja preâmbulo).	A. Revise registros e confirme que existem para todas as rações utilizadas.											
b. Manter registros que mostrem o tipo de alimentação e o peso total utilizado.	B. Confirme a existência de registros completos e precisos para a alimentação.											
c. Manter registros (por exemplo recibos) que mostrem o peso de camarões despescados. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).	C. Verifique registros de biomassa na despesca.											
d. Calcular eFCR e rendimento para cada estrutura despescada durante os últimos 12 meses utilizando as fórmulas indicadas no Padrão de Normas. Para primeiras auditorias, os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por site (veja preâmbulo).	D. Revise os cálculos para saber se está completo.											
e. Calcular média ponderada eFCR para o ciclo completo de produção usando a fórmula dada no Padrão de Normas.	E. Revise a precisão dos cálculos.											

7.4.2b	<p>Indicador: Eficiência na Retenção de Proteína.</p> <p>Requisito: registros disponíveis.</p> <p>Aplicação: todos.</p>	<p>Instruções aos Clientes e Auditor para o Indicador 7.4.2b</p> <p>Eficiência na retenção de proteína (ERP) = [% de proteína em camarão despescados / (eFCR x % de proteína na alimentação)] x 100%</p> <p>No caso da utilização de várias formulações uma média do teor de proteína precisa ser calculada com base nas quantidades dos diferentes alimentos consumidos durante o último período de 12 meses.</p>	
		a. Manter registros que mostrem o tipo de ração e a quantidade	A. Confirme a existência de registros completos e precisos da

Critério 7.4: Uso eficiente de pescado de captura [136] para a farinha e óleo de peixe **Critérios de Conformidade (Ações necessárias ao cliente):** **Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):**

		utilizada. Esta exigência aplica-se a todos as rações utilizadas nos cultivos incluídos no cálculo. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por local (veja preâmbulo).	alimentação utilizada.
		b. Estar de posse de documentação relevante do conteúdo % de proteína fornecida pelos fabricantes de rações para todos os alimentos utilizados nos cultivos incluídos no cálculo. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma colheita cheia por local (veja preâmbulo).	B. Verifique a existência da documentação de % de proteína. Para aqueles que usam TN, conversão à proteína é feita pelo cálculo $TN * 6,25$. Podem ser consultadas as etiquetas em sacos de ração ou informações nas notas das rações.
		c. Utilize resultados de 7.4.2.a. e o teor de proteína para todo o camarão que for referenciado na literatura científica para calcular a ERP.	C. Revise os cálculos. Verificação cruzada dos registros de compra contra as quantidades de ração relatadas pelo gestor da fazenda.
Nota de rodapé	[136] Subprodutos da pesca que satisfaçam os critérios de sustentabilidade e rastreabilidade em 7.1 e 7.2 não contam para os cálculos de farinha e óleo de peixe de origem selvagem e podem, portanto, ser considerados para ajudar os produtores a alcançar a conformidade.		
Nota de rodapé	[137] Proporção de Peixe na Ração (FFER): a quantidade de pescado de captura utilizado por quantidade de peixe cultivado produzido (x: x).		
Critério 7.5:	Contaminantes de efluentes	Crterios de Conformidade (ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):
7.5.1	<p>Indicador: carga de nitrogênio no efluente por tonelada de camarão produzido ao longo de um período de 12 meses [138].</p> <p>Requisito: menos de 25,2 kg N por tonelada de camarão para <i>L. vannamei</i>. Menos de 32,4 kg N por tonelada de camarão para <i>P. monodon</i>.</p> <p>Aplicabilidade: todos.</p>	<p>Instruções aos Clientes e Auditores no Indicador 7.5.1 e 7.5.2</p> <p>Para fazendas que operem com estruturas escavadas existem duas opções para calcular a carga de nutrientes: para essas fazendas a equação simples (1) pode ser utilizada e o efluente é corrigido para a perda de nutrientes nos sedimentos, no ar e contida no camarão no momento da despesca. Para aquelas fazendas que operem em sistemas intensivos (revestimentos internos ou concreto) deve-se utilizar a fórmula 2 que abrange apenas as cargas de nutrientes dissolvidos na entrada e efluentes.</p> <p>(1) carga N kg / ton de camarão = entrada N em kg x 0,3 / toneladas de camarão produzido carga P kg / ton de camarão de = entrada P em kg x 0,2 / toneladas de camarão produzidas</p> <p>Onde: entrada NP = kg de entrada NP de ração e fertilizantes</p> <p>Ração NP (kg) = (kg ração aplicada 1) x (% ração NP 1 conteúdo) + (kg de ração aplicada 2) x (% ração NP 2 conteúdo) + etc. Fertilizantes NP (kg) = (kg fertilizante 1 aplicado) x (% N/P contido no Fertilizante 1) + (kg de fertilizante 2 aplicado) x (% NP contido no Fertilizante 2) + etc.</p> <p>Para fazendas que controlem o lançamento de efluentes e realmente possam medir o volume de efluentes lançado na água: carga NP (kg / ton de camarão) = ((concentração de NP na água efluente mg / L - concentração de NP na água de abastecimento em mg / L) x volume de águas residuais em m3) / 1000 x toneladas de camarão produzido.</p> <p>(2) Para fazendas que não possam medir o volume de efluentes lançados na água: carga NP (kg / ton de camarão) = (((concentração de NP na água efluente em mg / L - concentração NP na água de abastecimento em mg / L) x volume de água da estrutura em m3 x número médio de ciclos de produção por estrutura num período de 12 meses) + ((concentração de água na lagoa NP em mg / L - NP concentração na água de abastecimento em mg / L) x volume de água da estrutura em m3 x média diária% de água renovação x número médio de ciclos de produção por lagoa em 12 meses)) / 1000 x toneladas de camarão produzidas em 12 meses.</p> <p>Nota: NP representa N ou P dependendo do indicador para o qual se aplica a formula.</p>	<p>A. Verifique a existência de registros da renovação de água diária incluindo diagrama de fluxo de água da operação da fazenda.</p>

c. Manter registros (por exemplo recibos) do peso de camarões despescados. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma colheita cheia por site (veja preâmbulo).	C. Verifique a existência de registros do peso dos camarões despescados.
--	--

		d. Fazendas que operem estruturas escavadas com renovação diária de água de 10% ou inferior: estar de posse de elementos de prova (do fabricante ou partir de laboratório totalmente independente ISO 17025 credenciado operado por universidades/ escritórios governamentais) que indiquem teor de N em cada ração e fertilizantes utilizados.	D. Verifique as provas.
		e. Fazendas que não operem estruturas escavadas com renovação de água de 10% ou inferior: - enviar resultados da análise da concentração de nitrogênio no efluente a partir de um laboratório totalmente independente credenciado ISO 17025 ou laboratórios operados por órgãos governamentais / universidade; - enviar resultados da análise da concentração de nitrogênio na água de abastecimento a partir de um laboratório totalmente independente credenciado ISO 17025 ou laboratórios operados por órgãos governamentais / universidade.	E. Confirme se o laboratório é devidamente qualificado para realizar as análises. Revise os resultados dos testes.
		f. Fazendas que não operem estruturas escavadas com renovação diária de água de 10% ou inferior: manter os registros de entrada de água. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma despesca por site (veja preâmbulo).	F. Verifique a existência de registros relativos ao abastecimento de água.
		g. Em situações em que seja impraticável medir com precisão o volume dos efluentes (por exemplo devido à inundação sazonal irregular deverá ser fornecida uma planta descrevendo tamanho e o volume de cada estrutura de cultivo.	G. Verifique a precisão através da observação direta. Para as primeiras auditorias: a precisão do mapa deverá ser checada ou de pelo menos uma estrutura de cultivo escolhida aleatoriamente usando o Google Maps, imagens de satélite e outros meios idênticos (se a informação detalhada está disponível).
		h. Em situações em que seja impraticável medir com precisão o volume de efluentes (por exemplo devido à inundação sazonal irregular) deverão ser apresentados registros de estocagem e despesca de cada estrutura e um cálculo do número médio de ciclos de produção por mais de 12 meses.	H. Revise os registros e verifique a precisão do cálculo.
		i. Em situações em que seja impraticável medir com precisão o volume de efluentes (por exemplo devido à inundação sazonal irregular) deverão ser apresentados resultados da concentração de nitrogênio na água a partir de um laboratório totalmente independente credenciado ISO 17025 ou laboratórios operados por universidade ou governamental.	I. Confirme se o laboratório é devidamente qualificado para realizar as análises. Revise resultados dos testes.
		j. Em situações em que é impraticável medir com precisão o volume de águas residuais (por exemplo devido à inundação sazonal irregular) provas indicando a média da renovação diária (%) da água deverão ser fornecidas.	J. Revise provas e confirme a precisão.
		k. Aplicar a fórmula pertinente e calcular descarga N por tonelada de camarão produzido.	K. Revise os cálculos para confirmar o cumprimento desta exigência.

7.5.2	<p>Indicador: carga de fósforo no efluente por tonelada de camarão produzido ao longo de um período de 12 meses.</p> <p>Requisito: menos de 3,9 kg P por tonelada de camarão para <i>L. vannamei</i>. Menos de 5,4 kg P por tonelada de camarão para <i>P. monodon</i>.</p> <p>Aplicabilidade: todos.</p>	a. Manter registros que mostrem o tipo ração, fertilizantes e a quantidade utilizada. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por site (veja preâmbulo).	A. Confirme a existência de registros completos e precisos da ração utilizada.
		b. Manter registros (por exemplo recibos) que mostrem o peso de camarões despescados. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por site (veja preâmbulo).	B. Verifique se a fazenda mantém registros do peso dos camarões despescados.
		c. Fazendas que operem estruturas escavadas com renovação diária de água de 10% ou inferior: estar de posse de elementos de prova (a partir do fabricante ou de um laboratório independente credenciado ISO 17025 ou laboratórios operados por / escritórios governamentais ou de universidades) indicando teor de P em cada	C. Verifique a existência de provas.
		ração e fertilizante utilizados.	
		d. Fazendas que não operem estruturas escavadas com renovação diária de água de 10% ou inferior: estar de posse de elementos de prova (a partir do fabricante ou de um laboratório independente credenciado ISO 17025 ou laboratórios operados por / escritórios governamentais ou de universidades) indicando teor de P em cada ração e fertilizantes utilizados.	D. Confirme se o laboratório é devidamente qualificado para realizar as análises. Revise os resultados dos testes.
		e. Fazendas que não operem estruturas escavadas com renovação diária de água de 10% ou inferior: manter os registros de entrada de água. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir, pelo menos, uma safra por site (veja preâmbulo).	E. Verifique a existência de registros completos de abastecimento de água.
		f. Fazendas que não possam medir o volume de efluentes: fornecer uma planta descrevendo a fazenda, o tamanho e volume de cada estrutura de cultivo.	F. Verifique a precisão através da observação direta. Cheque a precisão da planta usando o Google Maps, imagens de satélite ou meios similares (se a informação detalhada está disponível).
		g. Fazendas em que não seja possível a medida do volume de efluentes: fornecer registros de eventos de estocagem e despesca em cada estrutura e um cálculo do número médio de ciclos de produção por estrutura em 12 meses.	G. Revise os registros e verifique a precisão do cálculo.
		h. Fazendas em que não seja possível medir o volume de efluentes: enviar resultados da concentração de P na água da estrutura a partir de um laboratório independente credenciado ISO 17025 ou laboratórios operados pelo governo ou de universidades).	H. Confirme se o laboratório é devidamente qualificado para realizar as análises. Revise os resultados dos testes.
		i. Fazendas em que não seja possível medir volume de efluentes: fornecer evidências indicando média da renovação diária (%) de água.	I. Analise as evidências e confirme a precisão
		j. Aplicar a fórmula pertinente e calcular a descarga P por tonelada de camarão produzido.	J. Revise os cálculos para confirmar o cumprimento da exigência.
7.5.3	<p>Indicador: manipulação e descarte responsável de lodo e sedimentos removidos de bacias, lagoas e canais.</p> <p>Requisito: nenhuma descarga ou eliminação das lamas e sedimentos nas vias públicas e áreas úmidas.</p> <p>Aplicabilidade: todos.</p>	<p>Instruções aos Clientes e Auditor para Indicador 7.5.3</p> <p>Locais de descarte de resíduos sólidos (sedimentos/lodo) devem ser cercados por diques para evitar escoamento superficial e, se eles estão em áreas com solos altamente permeáveis ou em zonas de água doce, devem ser revestidos com barro ou plástico para evitar a infiltração. Os aterros devem ter 0,75 metros de altura e serem duas vezes tão grandes quanto a área necessária para o volume de sedimento a ser armazenado de modo que, pelo menos, metade (0,375 metros) da altura de armazenamento para chuvas esteja disponível. Esta quantidade de volume de armazenamento extra seria capaz de capturar chuva de 100 anos na maioria das áreas e impedir o escoamento do sedimento estocado.</p>	

		a. Fornecer um plano detalhado acerca do descarte de resíduos sólidos (sedimentos/lodo). O plano irá garantir que nenhum lodo ou sedimento, sob qualquer forma, seja lançado diretamente em águas receptoras ou ecossistemas naturais.	A. Revise o plano de gestão de resíduos sólidos da fazenda.
		b. Manter registros dos descartes de lodo/sedimentos. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 3 meses.	B. Revise o registro para confirmar o adequado descarte de acordo com o plano.
		c. No caso da transferência de lodo / sedimentos para uma parte externa à fazenda, estar de posse de uma declaração do destinatário que especifica o volume de lodo, data de entrega e uso esperado. A parte deve declarar que o lodo não será lançado diretamente em águas receptoras ou ecossistemas naturais.	C. Na confirmação da hipótese descrita em c confirme a existência de provas documentais adequadas.
		d. Se um repositório de lodo / sedimento for utilizado fornecer um mapa com sua localização dentro da fazenda ou documentos que comprovem o acesso legal ao repositório (ou uma declaração do proprietário do direito de utilização).	D. Na confirmação da hipótese descrita em d inspecione repositório de lodo.

		-	E. Durante as entrevistas da comunidade e dos funcionários locais verifique que não há provas de descarga de lodo / sedimentos diretamente em águas receptoras nos ecossistemas naturais, pelo menos, no ano anterior.
--	--	---	--

7.5.4	<p>Indicador: tratamento de efluentes de estruturas com aeração permanente.</p> <p>Requisito: prova de que todo efluente lançado passa por um sistema de tratamento [139] e concentração de sólidos sedimentáveis $<3,3$ ml / L [140].</p> <p>Aplicação: fazendas com estruturas com aeração permanente.</p>	<p>Instruções aos Clientes e Auditor para Indicador 7.5.4</p> <p><i>Especificações para bacias de sedimentação</i> Bacias de sedimentação devem ser construídas de acordo com as seguintes especificações: Tempo de retenção hidráulica (TRH) = nove horas (isso evitará que o reservatório de sedimentação tenha que ser limpo com frequência). Manter uma TRH mínima de seis horas. O projeto da bacia deve incluir recursos de infiltração e controle de redução da erosão (por exemplo textura do solo adequada, boa compactação e cobertura de grama). A água entra bacia através de um açude ou de bombeamento e sai pelo seu lado oposto. Se a bacia for quadrada ou quase isso deve ser fornecido um defletor para evitar o curto-circuito do fluxo. Uma estrutura de drenagem deve ser fornecida de modo que a bacia possa ser esvaziada. Postes devem ser colocados em cinco lugares na bacia. Esses postes se estenderão a altura do nível de água da bacia cheia. Eles serão utilizados para estimar a profundidade média de acumulação de sedimentos. A profundidade dos sedimentos não pode exceder um quarto (25%) da profundidade da bacia original tal como medido pela distância a partir do topo do poste para a superfície do sedimento.</p> <p><i>Alternativas às bacias de sedimentação para o tratamento de efluentes</i> Fazendas que não têm espaço suficiente para uma bacia de sedimentação podem utilizar estruturas de produção adjacentes - estrutura despescada - como bacias. Outra alternativa é a utilização de canais de drenagem como bacias de sedimentação em que soleiras podem ser instaladas em intervalos nas partes inferiores como armadilha de sedimentos. O uso de estruturas de produção, canais de drenagem e bacias de sedimentação permite o tratamento do efluente líquido e é uma prática que a norma incentiva. Alternativamente tiras gramadas ou valas de vegetação ou outras zonas húmidas artificiais podem ser usadas para o tratamento de efluentes. Sólidos em suspensão e outros resíduos são removidos como efluente passando por cima ou através da vegetação.</p>	
		a. Fornecer um plano de tratamento de efluente detalhado incluindo o cálculo do tempo de retenção hídrica.	A. Revise o plano de tratamento de efluentes da fazenda.
		b. Manter bacia de sedimentação seguindo as especificações deste requisito.	B. Inspecione a bacia de sedimentação ou uma alternativa apropriada e confirme o cumprimento do requisito.
		c. Manter registros de descarga de água na bacia de sedimentação ou alternativa adequada. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 3 meses.	C. Revise registros para confirmar o tratamento de efluentes de acordo com o plano.

		d. Manter registros de medição de sólidos sedimentáveis em todas as estruturas de descarte da água seguindo especificação em [140].	D. Reviseregistros para confirmar o cumprimento.
		e. Providenciar uma medição de sólidos durante a auditoria da fazenda.	E. Testemunhe a medição dos sólidos sedimentáveis para confirmar o cumprimento com os procedimentos.
7.5.5	<p>Indicador: Variação diurna do oxigênio dissolvido (OD) (%) relativa à saturação de OD no corpo d'água receptor [141] de acordo com suas salinidade e temperatura específicas.</p> <p>Requisito: ≤ 65%.</p> <p>Aplicabilidade: todos.</p>	<p>Instrução de Clientes para Indicador 7.5.5 - Medindo variação diurna de Oxigênio Dissolvido (%)</p> <p>A concentração do oxigênio dissolvido (OD) deve ser medida no corpo receptor 0,3 metros abaixo da superfície da água uma hora antes do nascer do sol e duas horas antes do pôr do sol (temperatura e salinidade também devem ser registradas no momento de medições do OD). Valores do OD devem ser expressos como uma porcentagem de saturação e a diferença entre os valores do nascer do sol e por do sol (flutuação OD diurna) deve ser calculada. As medições devem ser feitas pelo menos duas vezes por mês. No caso das águas costeiras influenciadas pelas marés as datas devem ser escolhidas de tal modo que o tempo de medição (uma hora antes do nascer do sol e duas horas antes do pôr do sol) correspondam a marés altas e baixas refletindo as variações relacionadas com o regime de marés. A média anual diurna de variação do OD deve ser inferior a 65%. O local de amostragem para a concentração de OD deve ser onde o efluente é diretamente lançado. Estações de amostragem devem estar fora da zona de onde a mistura ainda não está completa e as concentrações de algumas variáveis de qualidade da água seriam elevadas acima da temperatura ambiente para a água receptora. A amostra deve ser tomada em algum momento, pelo menos, 200 metros da foz, mas perto da costa para evitar uma situação de perigo relacionada com a coleta de amostra. Fazendas que possam demonstrar que as concentrações de N total e P total na água lançada são mais baixas do que no corpo receptor ou que não lançaram toda a água desde a última auditoria (ou para os últimos 12 meses, no caso do a primeira auditoria) através do uso de técnicas de recirculação de água, estariam isentas do cumprimento deste indicador. Em algumas situações as fazendas podem ser incapazes de identificar um local adequado para a amostragem, (por exemplo quando a biofiltração é utilizada). Para estes casos o auditor pode acatar</p>	

		estação de amostragem para monitoramento está localizada no primeiro ponto de t possível na água receptora onde existe uma grande distância entre o emissário e o recebimento de água.	
		a. Fornecer medições OD.	A. Reviseos conjuntos de dados para confirmar que o monitoramento abrange o período de tempo necessário.
		b. Calibrar todos os equipamentos com a frequência e pelo o método recomendado pelo fabricante. Temperatura, salinidade e altitude devem ser ajustadas na calibração ou cálculos.	B. Verifique se os técnicos da fazenda calibram os equipamentos, conforme necessário.
		c. Calcular a porcentagem de variação do OD para cada data de monitoramento utilizando a equação no anexo D.	C. Revise os cálculos para confirmar a precisão.
		d. Utilize resultados de 3.2.1c para calcular o percentual médio de variação de DO ao longo de todo o período de acompanhamento de 12 meses. Para as primeiras auditorias os registros da fazenda devem cobrir ≥ 6 meses.	D. Confirme que a alteração percentual média de DO é ≤ 65%.
		e. Providenciar a realização das medições do OD enquanto o auditor estiver na fazenda.	E. Testemunhe a medição do OD da fazenda para confirmar o cumprimento dos procedimentos. Os valores devem estar dentro da faixa de dados da fazenda para OD. Se estiver fora da faixa da medição levantar o não cumprimento.
Nota de rodapé	[138]	A cargas de N e P devem ser determinadas anualmente por um dos métodos descritos no apêndice VI.	
Nota de rodapé	[139]	bacias de sedimentação devem apresentar características indicadas no Anexo VI.	
Nota de rodapé	[140]	A concentração de sólidos sedimentáveis na saída do sistema de tratamento de efluente tem que ser medida no início e no final do período de drenagem do tanque quando esse período é inferior a 4 horas. Para períodos superiores a quatro horas o monitoramento deve ser feito em intervalos de 6 horas. Para tempo de retenção de vários dias o monitoramento deve ser feito numa época após a despesca igual ao tempo de retenção hídrica do sistema de tratamento. Sólidos sedimentáveis são medidos como o volume de sólidos que assenta no fundo de um cone (Imhoff) em 1 hora. Também é permitido o uso de métodos mais sofisticados, tais como leituras espectrofotômetro.	
Nota de rodapé	[141]	medido a uma estação, pelo menos a 200 m abaixo da atual foz fazenda.	
Critério 7.6:	Eficiência energética	Crítérios de Conformidade (Ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):

7.6.1	<p>Indicador: o consumo de energia [142] por fontes [143] durante um período de 12 meses.</p> <p>Requisito: registros disponíveis para todas as atividades.</p> <p>Aplicabilidade: todos.</p>	<p>Instruções aos clientes para os Indicadores 7.6.1 e 7.6.2 - Consumo de Energia da fazenda</p> <p>De acordo com o Indicador 7.6.1 é obrigatória a manutenção de registros do consumo de energia diretamente associado à produção de camarão. Isto inclui a energia utilizada para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aeração da água; - Bombeamento de água; - Operações de escritório; transporte interno (na fazenda). <p>Não é obrigatória a manutenção de registros para outros tipos de consumo de energia tais como o transporte de pessoal, material e camarão para ou a partir da fazenda.</p> <p>De acordo com o Indicador 7.6.2 é obrigatório o cálculo da demanda anual de energia cumulativa (ACED) que está diretamente associada à produção de camarão. Para tal devem ser utilizados os registros de energia acima especificados (converter unidades em Joules). Uma ferramenta de conversão on-line pode ser encontrada em:</p> <p>http://tonto.eia.doe.gov/energyexplained/index.cfm?page=about_energy_conversion_calculator.</p> <p>Como acima o cálculo da ACED não inclui transporte de / para a fazenda.</p>	
		a. Manter uma lista das atividades (por exemplo equipamento de aeração da água, bombeamento, escritórios, transporte interno, etc.) incluídas no cálculo do consumo de energia.	A. Revise se a lista está completa.
		b. Manter registros (por exemplo recibos) de consumo de energia na fazenda. Calcule a quantidade de combustível e eletricidade usada na fazenda nos últimos 12 meses. Para as primeiras auditorias os registros devem cobrir ≥ 6 meses.	B. Revise os cálculos. Verifique a manutenção de registros de consumo de energia.

7.6.2	<p>Indicador: Demanda Cumulativa de Energia Anual (megajoules / tonelada de camarão produzido) [144] durante um período de 12 meses.</p> <p>Requisito: registros disponíveis para verificação dos cálculos.</p> <p>Aplicabilidade: todos.</p>	<p>a. Utilizando os registros em 7.6.1b calcule a demanda cumulativa de energia anual para a fazenda por tonelada de camarão produzido (verificar que o período correspondente à produção de toneladas equivalentes ao mesmo período do consumo de energia relatado).</p>	<p>A. Revise os cálculos. Verifique os registros de consumo de energia e o período de produção correspondente.</p>
-------	--	---	--

Nota de rodapé [142] Somente atividades realizadas na fazenda são consideradas. Transporte de pessoal, materiais e de camarão para a fazenda não são considerados. Para maior clareza deverão ser listadas as atividades de consumo de energia incluindo aeração, bombeamento de água, escritórios, transporte interno, etc.

Nota de rodapé [143] Registros de energia consumida devem ser mantidos por tipo de fonte de energia: diesel, gasolina, gás natural, eletricidade, etc.

Nota de rodapé [144] Para o cálculo do ACED anual as quantidades de energias diferentes acumuladas ao longo de 12 meses expressas em unidades diferentes devem ser convertidas em megajoules. O montante total das diferentes fontes de energia expressas em megajoules é então dividido pela produção da fazenda em toneladas de camarão em relação ao mesmo período de 12 meses.

<i>Critério 7.7:</i>	<i>Manipulação e descarte de materiais e resíduos perigosos</i>	Critérios de Conformidade (Ações necessárias ao cliente):	Avaliação do Auditor (ações necessárias ao auditor):
7.7.1	<p>Indicador: armazenamento seguro e manuseio de produtos químicos e materiais perigosos [145].</p> <p>Requisito: evidência de procedimentos em vigor.</p> <p>Aplicabilidade: todos.</p>	a. Identificar todos os produtos químicos e materiais perigosos utilizados na fazenda.	A. Verifique que a lista de produtos químicos e materiais perigosos utilizados na fazenda é precisa.
		b. Preparar um procedimento para armazenamento seguro e manipulação de todos os produtos químicos e materiais perigosos utilizados na fazenda.	B. Revise os procedimentos da fazenda. Verifique a aplicação durante a auditoria no local.
		c. Garantir o armazenamento seguro de todos os produtos químicos e materiais perigosos.	C. Inspeccione as áreas de armazenamento para verificar se os produtos químicos são armazenados de forma segura.

		d. Garantir que todos os funcionários sejam treinados em procedimentos para o armazenamento seguro e manuseio de produtos químicos e materiais perigosos.	D. Entreviste colaboradores da fazenda para verificar que os funcionários receberam treinamento e que os procedimentos são seguidos.
7.7.2	<p>Indicador: manipulação responsável e descarte de resíduos com base na avaliação dos riscos e possibilidades de reciclagem.</p> <p>Requisito: evidência de procedimentos em vigor.</p> <p>Aplicabilidade: todos.</p>	<p>Instrução de clientes para o Indicador 7.7.2</p> <p>A gestão de resíduos deve ocorrer em conformidade com os regulamentos locais quando eles existem. Em todos os casos a gestão de resíduos deve se dar de forma segura para a saúde humana e o meio ambiente (águas naturais especialmente), da melhor maneira possível, dependendo das instalações locais. Quando instalações adequadas para a eliminação de resíduos estão ausentes na região é autorizado que os resíduos sólidos não perigosos sejam enterrados no local desde que todas as precauções tenham sido tomadas para evitar a contaminação de águas circundantes, superficiais e subterrâneas. Resíduos não orgânicos não devem ser queimados no local devido às suas emissões potenciais de gases tóxicos. Empresas de gestão de resíduos credenciadas devem ser utilizadas sempre que disponíveis. Os produtores devem demonstrar o uso de soluções responsáveis para o descarte. No caso de resíduos biológicos perigosos, incluindo restos de camarão, deverá haver um plano baseado em riscos potenciais e com as diretrizes nacionais e / ou internacionais, quando existentes. As soluções devem ser identificadas para o descarte de resíduos não perigosos biológicos incluindo lubrificantes utilizados e recipientes de produtos químicos. Resíduos recicláveis têm que ser identificados e separados no ponto de geração. Alguns resíduos (por exemplo sacos de ração e recipientes de plástico) podem ser reutilizados e seu retorno aos fornecedores deverá ser incentivado. Na venda de resíduos recicláveis a um coletor local deverá ser especificado o destino final dos resíduos. A renda gerada pela venda de resíduos recicláveis deverá ser utilizada para fornecer incentivo aos funcionários para a separação dos resíduos aumentando a quantidade de reciclagem feita na fazenda. Para as fazendas que construir e operarem seus próprios aterros o projeto deverá ser executado por profissional qualificado considerando o tipo de solo, lençol freático, o risco de inundações, etc. Maquinário fora de uso e utilizado para peças de reposição devem ser colocados em áreas de aterro designados.</p>	
		a. Preparar um plano de gestão de resíduos da fazenda baseado na avaliação de risco e diretrizes nacionais. Garantir que o plano enquadre o manejo responsável e eliminação de todos os resíduos da fazenda.	A. Revise o plano de gestão de resíduos da fazenda para confirmar que ele aborda explicitamente manejo responsável e eliminação de todos os resíduos da fazenda. Inspeção as práticas de descarte para verificar implementação do plano.
		b. Fornecer provas de que nenhum resíduo humano ou animal sólido está sendo descarregada no ambiente natural e demonstrar o uso de soluções responsáveis de descarte com base no que é disponível localmente.	B. Inspeção qualquer evidência de descarte de resíduos no ambiente natural.

		c. Demonstrar que a fazenda separa e recicla resíduos sempre que for possível (por exemplo sacos de ração e recipientes de plástico).	C. Inspeção qualquer evidência de que a fazenda separa e recicla resíduos.
Nota de rodapé	[145] Bunds (parede à prova d'água e piso construído em torno de tanques de óleo ou outros líquidos perigosos para contê-los no caso de derrame) devem ser construídos em torno de recipientes de armazenamento de combustíveis para conter qualquer derramamento. Bacias de retenção devem ser à prova de água com uma capacidade de 110% do volume do material armazenado e não devem ter qualquer drenagem (águas pluviais devem ser bombeadas). Produtos químicos secos devem ser protegidos da umidade dentro de edificações. Todos os recipientes de produtos químicos líquidos devem ser fechados hermeticamente. O acesso a todos os produtos químicos deve ser restrito ao pessoal autorizado.		

APÊNDICE A: Restauração de manguezais

Orientação para restauração eficaz do manguezal (para ser utilizado por produtores e auditores)

(FYI: apêndice I, II, III, IV, V, VI e VII podem ser encontrados no Padrão de Normas)

O presente apêndice destina-se a ajudar os produtores e empresas de camarão no entendimento da "restauração de manguezais" e descreve os benefícios da restauração para os produtores visando delinear os passos básicos envolvidos na restauração de manguezais além da função que os mangues poderiam desempenhar no planejamento e gestão aquícola. O apêndice também apresenta uma breve visão geral dos tipos de competências exigidas na restauração de manguezais e os tipos de instituições que poderiam ajudar com esta tarefa. Também inclui uma lista de verificação para produtores e auditores para que possam completar os requisitos do Padrão de Normas ASC para camarão (e para os auditores verificarem o cumprimento).

Conservação e restauração de ecossistemas são indicadas em uma série de critérios do Padrão de Normas ASC para camarão, em particular no Critério 2.2, que exige que os produtores "restaurem áreas equivalentes convertidas para estações de bombeamento e canais de entrada / saída". Para "fazendas construídas ou licenciadas antes de maio de 1999, em áreas de mangue, os produtores são obrigados a compensar impactos via restauração, conforme determinado pela B-EIA, nacional / estadual / planos locais / listas de autoridade ou 50% do ecossistema afetado (o que for maior)". Os produtores também são obrigados, de acordo com o critério 2.4, a "manter tampões ecológicos, barreiras e corredores". Isso também pode exigir trabalho de restauração em cumprimento com o Padrão de Normas.

Definições

Ecosistemas de mangue: As florestas de mangue estão entre os ecossistemas mais produtivos do mundo. Podem ser chamadas de "florestas de maré", "florestas costeiras" ou "florestas tropicais oceânicas". Os manguezais são plantas lenhosas que crescem em latitudes tropicais e subtropicais ao longo da interface terra-mar, baías, estuários, lagoas, enseadas e nos rios chegando a montante até o ponto onde a água ainda permanece salina (Qasim, 1998). Estas plantas e seus organismos associados (micróbios, fungos, outras plantas e animais) constituem a "comunidade de manguezal" ou "mangal" (Veja Tomlinson PB (1986) A Botânica de Manguezais Cambridge, UK. Cambridge University Press 413 p. para a lista completa das espécies verdadeiras de mangue e plantas associadas) e seus fatores abióticos associados constituem o ecossistema manguezal (Kathiresan e Bingham, 2001).

Restabelecimento dos mangues consiste na reintrodução e restabelecimento de conjuntos de espécies nativas de mangue que desempenham funções semelhantes às que estavam lá originalmente. O objetivo da restauração de manguezais é o restabelecimento dos habitats (estrutura) e funções, tais como a proteção costeira, a contribuição para a produção da pesca e reforço da qualidade estética da paisagem que tenha sido perdida (1).

(1) O termo "restauração" foi adotado para significar especificamente qualquer atividade que visa o restabelecimento de uma condição pré-existente no sistema (Lewis 1990b). O termo "recuperação" é também muitas vezes utilizado sendo utilizado de modo mais geral para denotar qualquer atividade (incluindo a recuperação e a criação habitat) que pretende converter um sistema degradado para uma alternativa estável.

Restauração dos manguezais: benefícios para os produtores

Os manguezais saudáveis podem gerar renda e recursos para produtores e ao mesmo tempo oferecer proteção aos eventos extremos, por exemplo, tempestades e processos mais graduais como a intrusão de água salina e erosão da costa, desde que estejam presentes em grandes áreas suficientes.

Capturas marítimas de peixe e camarão aumentam e diversificam com a crescente presença de manguezais na zona entre marés. Eles também fornecem habitats e servem como berçários para formas jovens de organismos aquáticos. O aumento de peixes e camarões capturados nas proximidades pode funcionar como uma renda extra para os produtores em si ou através de um regime de pagamento local pode gerar renda para o proprietário de terras que restaura manguezais que beneficiam os pescadores locais.

Produtos não madeireiros como a casca (para tanino), folhas (forrageiras e legumes), frutas (para fazer bebidas), mel, cera e material de colmo, bem como peixes e moluscos também são coletados de ecossistemas de mangue.

Ecossistema de mangue também sequestram uma grande quantidade de carbono, chamado de carbono azul, que pode ser comercializado. Os produtores podem vender os créditos de CO2 no mercado voluntário.

Métodos de restauração dos manguezais

Os próximos cinco princípios ecológicos, considerações e sugestões práticas são baseados em um processo bem estabelecido, chamado de "Restauração Ecológica de Manguezais" (2), com base nos ensinamentos retirados das tentativas de reabilitação em todo o mundo (3).

1. Compreender a ecologia das espécies de mangue no local, em particular os padrões de reprodução, distribuição de propágulos e estabelecimento bem sucedido de mudas;
2. Compreender os padrões hidrológicos (em particular a profundidade, duração e a frequência das inundações de maré) que controlam a distribuição, estabelecimento bem sucedido e crescimento de espécies de mangue (específicas);
3. Avaliar as modificações do ambiente de mangue original que atualmente impedem a regeneração natural (recuperação após a lesão);
4. Restaurar a hidrologia e outras condições ambientais que incentivam o recrutamento natural de propágulos de mangue e estabelecimento bem sucedido da planta. Através da reabilitação de riachos, por exemplo, ou remoção de pequenas barragens mais para o interior, para assegurar características de inundação de maré adequadas e fluxo de água doce suficiente para o mangue (Lewis, 2005). Onde modificações humanas da costa incluem a conversão em larga escala de manguezais para viveiros de aquicultura, a restauração dessas lagoas de volta para o mangue - através da restauração hidrológica, por exemplo, pela remoção parcial de diques do tanque - deve ser considerada como alternativa para a estabilização costeira, proporcionando proteção contra a erosão das ondas (Stevenson et al, 1999; Lewis et al, 2006, Winterwerp de 2013).
5. Considerar apenas plantio efetivo de propágulos, mudas coletadas ou mudas cultivadas após determinar (através de passos 1-4) que o recrutamento natural não fornecerá a quantidade de mudas estabelecidas com sucesso, taxa de

estabilização ou taxa de crescimento adequados ao projeto de restauração.

Este manual prático oferece orientações sobre o plantio de mangue:

<http://www.wetlands.org/LinkClick.aspx?fileticket=EaD3s%2Bil5Mw%3D&tabid=56>

Foi recentemente atualizado com um sexto passo que incorpora aspectos socioeconômicos e requisitos de monitoramento (Lewis, 2009).

Desafios da restauração de manguezais bem sucedida:

Muito do esforço pós-tsunami para restaurar os cinturões verdes costeiros envolveu o simples plantio de mudas de mangue e propágulos. Houve numerosas falhas devido à plantação de espécies inapropriadas e em locais inapropriados. A falha ocorre, em geral, devido a uma falta de entendimento do próprio local de restabelecimento:

- Qual foi a sua história?
- Que espécie de mangue crescia ali?
- Onde é que eles crescem?
- O que causou a destruição ou degradação dos mangues?
- Quais foram as suas necessidades hidrológicas?
- Quanto profundo foi o substrato em que cresceram?
- Quais foram os aportes de água doce para a área?
- Onde foi que troca de água de maré e do ocorreu?

(2) Stevenson et al. 1999; Lewis, 200

(3) Erftemeijer & Lewis, 2000; Lewis, 2001; Primavera & Esteban, 2008

Áreas prioritárias para restauração de manguezais

Os produtores devem concentrar os seus esforços de restauração dos manguezais em ordem de prioridade:

- 1) Áreas reguladas por legislação local ou nacional - o cinturão verde em potencial mais próximo ou faixa ribeirinha;
- 2) Integradas com sistemas de aquicultura tradicionais e extensivos;

No caso da restauração de uma área por vários pequenos produtores deverá haver um máximo esforço de conectividade entre as parcelas de mangue para maximizar a funcionalidade do ecossistema.

Lista de verificação sugerida para fazendeiros e diretriz para auditores sobre um processo de restauração de manguezais completo e relatório

	Validado	A ser melhorado
Compreender a ecologia das espécies de mangue no local em particular os padrões de reprodução, distribuição de propágulos e estabelecimento bem sucedido de mudas.		
Compreender os padrões hidrológicos (em particular a profundidade, duração e a frequência das inundações de maré) que controlam a distribuição e estabelecimento bem sucedido e crescimento de espécies de mangue (específicas).		
Avaliar modificações do ambiente de mangue original que atualmente impedem a regeneração natural (recuperação após a lesão).		
Restaurar hidrologia e outras condições ambientais que incentivam o recrutamento natural de propágulos de mangue e estabelecimento bem sucedido da planta.		
Apenas considere efetivo plantio de propágulos, mudas coletadas ou mudas cultivadas após determinar (através de passos 1-4) que o recrutamento natural não fornecerá a quantidade de mudas estabelecidas com sucesso, taxa de estabilização ou taxa de crescimento de mudas estabelecidas adequados ao projeto de restauração.		

Instituições relevantes, programas internacionais e nacionais:
Wetlands International

IUCN - Mangroves for the Future program IUCN – Commission on Ecosystem Management (CEM): Restoration Thematic group (http://www.iucn.org/about/union/commissions/cem/cem_work/cem_restoration/) Society for Ecological Restoration GIZ CZM SocTrang (http://czm-soctrang.org.vn/en/Home.aspx) Mangrove Action Project
